



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 157

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 157

7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 04

Pequeno Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 06

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 06

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente08

Discussão/Votação

2ª Discussão Votação em)08

1ª Discussão 10

Requerimentos35

Encerramento da Sessão35

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias35

Atas de Comissões

Constituição e Justiça36

Finanças38

Publicações Administrativas:

Balancete Financeiro

Outubro/0940

Novembro/0942

DIÁRIO Nº 157

7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

15 DE DEZEMBRO DE 2009

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Fernando Scanavaca e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às dezessete horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus,

Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (53).

Ausente o Sr. Deputado Jonas Guimarães (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Ofício*****TRIBUNAL DE JUSTIÇA****OFÍCIO Nº 1872/09-GP**

Curitiba, em 15/12/09.

Sr. Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que trata da estrutura administrativa do Centro de Apoio ao Fundo da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Paraná, criado pela Lei Estadual nº 15942, de 03/09/08.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/00.

Neste ensejo, consigno a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) CARLOS A. HOFFMANN - Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam transformados, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

I - 01 (um) cargo de Assessor Econômico e Financeiro do Presidente, simbologia DAS-4, em 01 (um) cargo de Supervisor do Centro de Apoio ao Fundo da Justiça, simbologia DAS-04;

II - 01 (um) cargo de Oficial de Gabinete do Presidente, simbologia 1-C, em 01 (um) cargo de Assessor Técnico do Centro de Apoio ao Fundo da Justiça, simbologia 1-C.

Art. 2º Ficam criadas 03 (três) gratificações de chefia de Divisão e 06 (seis) de chefia de Seção destinadas ao Centro de Apoio ao Fundo da Justiça.

Art. 3º Os cargos transformados pelo artigo 1º passam a integrar o anexo próprio da Lei nº 11719, de 12/05/97.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária do Tribunal de Justiça.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

Os recursos oriundos do Fundo da Justiça criado pela Lei nº 15942, de 03/09/08, necessitam de uma estrutura administrativa junto à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, indispensável ao seu gerenciamento, daí o porquê da transformação de cargos e criação de gratificações destinadas ao Centro de Apoio ao Fundo da Justiça.

Importante ressaltar que o Fundo da Justiça foi criado com a finalidade de dar cumprimento ao processo de estatização das serventias do foro judicial, cuja atividade se estenderá por considerável lapso de tempo, haja vista que sua gestão compreenderá o produto da arrecadação das custas dos atos processuais de todas as unidades judiciais.

Diante da imprescindibilidade de se emprestar ao Centro de Apoio ao Fundo da Justiça estrutura para comportar tais atribuições, estão sendo criadas 3 (três) Divisões e 6 (seis) Seções, bem como a transformação de 1 (um) cargo de Supervisor do Centro de Apoio ao Fundo da Justiça, simbologia DAS-4; e de 01 (um) cargo de Oficial de Gabinete do Presidente, simbologia 1-C, em 01 (um) cargo de Assessor Técnico do Centro de Apoio ao Fundo da Justiça, simbologia 1-C.

As anunciadas transformações de cargo simplificarão em menor custo à estruturação do Centro de Apoio ao Fundo de Justiça, de modo que somente se fará necessária a despesa para fazer frente às gratificações de chefias de Divisão e de Seção.

O impacto orçamentário-financeiro correspondente à criação de 03 (três) gratificações de Divisão e de 06 (seis) de Seção, monta em um custo anual de R\$ 118.538,00 (cento e dezoito mil, quinhentos e trinta e oito reais) que correrá à conta 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, que consigna uma dotação orçamentária, para 2010, de R\$ 548.386.760 (quinhentos e quarenta e oito milhões, trezentos e oitenta e seis mil e setecentos e sessenta reais).

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que trata da criação de 03 (três) gratificações de chefia de Divisão e de 06 (seis) de chefia de Seção, destinadas à estrutura administrativa do Centro do Apoio ao Fundo da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Paraná, criado pela Lei Estadual nº 15942, de 03/09/08, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2009, aprovado pela Lei Estadual nº 16032, de 29/12/08, e compatibilidade com Plano Plurianual - PPA 2008/2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, em 12/12/09.

(a) CARLOS A. HOFFMANN - Presidente

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 6165

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15/12/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 6164

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa de Leis, o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Henrique da Silva Santos, ocorrido no dia 05/12/09.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando envio de cópia para o Sr. Nivaldo da Silva Santos e Família.

Sala das Sessões, em 15/12/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 6162

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário o envio de pedido de informações ao Sr. Rogério Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando as seguintes informações:

Em relação ao acidente com o navio chileno Vicunã no porto de Paranaguá, qual o valor pago como medida compensatória causada pelo dano ambiental oriunda da explosão ocorrida em 15/11/04? Enviar xerocópia do referido acordo firmado.

Em relação à construção do Aquário Marinho de Paranaguá:

a) Qual o custo total da obra?

b) Qual a data prevista para o término do referido

Aquário Marinho?

c) Enviar xerocópia de cronograma de obras;

d) Enviar xerocópia do projeto detalhado da obra.

Sala das Sessões, em 15/12/09.

(a) NEIVO BERALDIN

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 731/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

P A R E C E R :

Art. 1º Fica proibida a venda de fogos de artifício e pirotécnicos de grande calibre (classe C e D) para as pessoas físicas no Estado do Paraná.

Art. 2º Os fogos de artifício citados no artigo anterior classificam-se da seguinte forma:

I - Classe C:

a) fogos de estampido que contenham acima de 25 (vinte e cinco) centigramas de pólvora, por peça; e

b) foguetes, com ou sem flecha, cujas bombas contenham até 6 (seis) gramas de pólvora, por peça;

II - Classe D:

a) fogos de estampido, com mais de 2,50 (dois vírgula cinquenta) gramas de pólvora, por peça;

b) foguetes, com ou sem flecha, bombas contendo mais de 6 (seis) gramas de pólvora por peça;

c) baterias;

d) morteiros com tubos de ferro.

Art. 3º Os estabelecimentos comerciais que vendem fogos de artifício deverão identificar, em livro próprio para esse fim, o comprador, a quantidade e a espécie de fogos de artifício por este adquirida, respeitando o seguinte:

I - Que sua venda somente se faça as pessoas jurídicas, associações, clubes, condomínios e entidades que, munidas de autorização expedida pela autoridade competente, assumam a responsabilidade de sua queima em festividades e ocasiões especiais, com a supervisão e acompanhamento de empresas ou técnicos especializados devidamente registrados na legislação em vigor e em espaços livres onde não haja possibilidade de ocasionar danos pessoais ou materiais.

II - a queima de fogos de artifício em eventos públicos ou em locais onde se coloque em perigo a segurança da população só é admitida após autorização dos órgãos estaduais responsáveis da Defesa Civil e pela fiscalização da atividade.

III - A queima de fogos só poderá ser promovida por empresas registradas no Exército Brasileiro, com Certificado de Registro (CR) para a atividade de show pirotécnico, e, ainda deverá contar com a aprovação da autoridade competente da Defesa Civil do Estado do Paraná.

Art. 4º São vedadas venda e a utilização de fogos de artifício em cuja confecção sejam empregados materiais que não se desintegram ou que possam ser projetados com a explosão.

Art. 5º O descumprimento dos dispositivos desta Lei acarretará pena de multa de 200 (duzentas) UFIRs (Unidades Fiscais de Referência)

§ 1º Em caso de venda ou espetáculo pirotécnico em desobediência aos dispositivos desta lei, aplicar-se-á apreensão dos fogos de artifício.

§ 2º Por ocasião da segunda autuação, a multa será aplicada em dobro.

§ 3º Por ocasião da terceira autuação, será cancelado o Alvará de Licença e interditado o estabelecimento.

Art. 6º Os estabelecimentos licenciados até a presente data deverão no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adequar-se à normas previstas nesta lei, sob pena de cassação das respectivas licenças para localização.

Art. 7º Esta lei será regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/12/09.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva proibir a venda de fogos de artifício às pessoas físicas, restringindo a sua venda para pessoas jurídicas, associações, clubes, condomínios e entidades munidas de autorização expedida por autoridade competente, sendo que a queima desses fogos de artifício (classe C e D), somente deverá ser realizada após autorização dos órgãos estaduais responsáveis pela defesa civil e pela fiscalização da atividade.

A proposta deve-se a um número grande de denúncias de venda de fogos classe C e D à pessoas físicas, colocando em risco a segurança e a vida de pessoas que não possuem capacitação técnica para manusear material de alto risco, sendo que a segurança e a proteção à pessoas é fator fundamental.

Desta forma esperamos o devido apoio e a consequente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 732/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

P A R E C E R :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Soichi Sato, Cônsul-Geral do Japão em Curitiba.

Sala das Sessões, em 15/12/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

Apoio:

Teruo Kato

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Soichi Sato, é nascido em Date, na Província de Fukushima, Japão, em 21/05/49. Em março de 1973, graduou-se pela Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio.

Em janeiro de 1974, ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão (MNE). Já em 1991, já assumia a Primeira Secretaria da Embaixada do Japão em Brasília, como seu Secretário.

Foi Diretor Assistente da Divisão de Assuntos Consulares e de Emigração do MNE, a partir de agosto de 1994.

Em julho de 1997, foi nomeado Cônsul pela primeira vez, destacado para o Consulado Geral do Japão em Belém do Pará.

No mês de setembro de 2000, foi nomeado Conselheiro junto a Embaixada do Japão na República Dominicana.

Já em agosto de 2002, estava de volta ao Brasil para assumir como Cônsul-Geral adjunto no Consulado do Japão em São Paulo.

No mês de outubro de 2004, foi designado Coordenador Sênior da Divisão de Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão.

Em março de 2007, veio para o Paraná, nomeado pelo Governo Japonês como Cônsul-Geral do Japão em Curitiba, para assumir em 17/05/07 a chefia do Consulado Geral do Japão em Curitiba.

Aí então começou o seu verdadeiro trabalho de integração com a comunidade Nipo Brasileira do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, participando ativamente das campanhas culturais, esportivas, artísticas e de divulgação da cultura japonesa.

O Paraná teve a felicidade de tê-lo como verdadeiro amigo testemunhar o investimento do Governo Japonês em nosso estado através das reivindicações do cônsul Soichi Sato nas área de saúde e medicina preventiva (hospitais e clínicas de fisioterapia).

Em Apucarana está sendo montado um hospital para tratamento de doenças cardiovasculares com aparelhamento de primeiro mundo, tudo com investimentos do Japão, apesar de se tratar de investimento privado, contou com o parecer favorável do cônsul Soichi Sato.

Mas, o grande destaque do Cônsul-Geral Soichi Sato foi o ano passado durante as comemorações do IMIN 100 (Centenário da Imigração Japonesa no Brasil), que teve o seu ponto mais alto na visita do Príncipe Naruhito, herdeiro da Família Imperial do Japão. A visita de sua alteza foi apenas em São Paulo e no Paraná, onde inclusive pernitoou em Maringá.

A incansável participação ainda se deu muitas vezes na elaboração da programação, no acompanhamento das comemorações e nas intermediações no relacionamento político entre os dois países. Enfim, participou da forma mais efetiva do IMIN 100, oferecendo todas as garantias do consulado para o sucesso das comemorações.

Justifica-se desta maneira a concessão do título de Cidadão Honorário, a um homem que no Paraná prestou serviços valiosos ao povo do nosso Estado.

Gabinete da Liderança do Partido da Social
Democracia Brasileira - PSDB

DECLARAÇÃO

Pelo que dispõe as Leis nºs 13115/01 e 14667/04, que tratam os títulos de Cidadania Honorária e Benemérita, DECLARO que o projeto de lei de autoria do nobre

Deputado Luiz Nishimori que concede a honraria para o Sr. Soichi Sato, encontra-se em obediência com o previsto na quota do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.

Por não haver nada que impeça a sua tramitação nesta Casa, assino a presente declaração.

Gabinete da Liderança do PSDB, em 25/11/09.

(a) ADEMAR TRAIANO

Pequeno Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Passa-se ao horário do Pequeno Expediente.

Primeiro orador inscrito, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLA FABRÍCIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, jornalistas que ainda permanecem aqui na Assembleia Legislativa, já são 18h10, estamos na segunda Sessão.

Eu pedi o horário do Pequeno Expediente, nós discutimos ainda há pouco alguns requerimentos, alguns aprovados e outros não, Deputados Marcelo Rangel e Belinati, o requerimento de nossa autoria foi aprovado aqui nesta Casa, e quando é aprovado passa a ser um documento da Casa, de todos os Deputados.

E aqui na Constituição do Estado do Paraná tem um artigo, o artigo 55, que fala o seguinte: *A Mesa da Assembleia Legislativa poderá encaminhar pedidos escritos de informações aos Secretários de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no inciso XXXIII do artigo 54 desta Constituição, importando em crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de 30 dias, bem como a prestação de informações falsas.*

Então, Sr. Presidente Nelson Justus, se uma pessoa responder, depois que a Assembleia pede as informações e a pessoa responder informações falsas, ela poderá ser incluída em crime de responsabilidade. Agora, se a pessoa responder também poderá ser incluída em crime de responsabilidade.

Estou pedindo apoio do Deputado Nelson Justus e de todos os Deputados, porque esta semana é a última semana de trabalho aqui na Assembleia Legislativa, depois já vem o recesso. Claro que para os Deputados aumenta ainda mais o trabalho, porque cada um vai voltar para a sua base, vai fazer as reuniões de prestação de contas, conversar com as pessoas, enfim, o trabalho continua, mas aqui não terá mais Sessão, não terá mais discussões como estamos fazendo hoje aqui. E estou preocupado, porque no dia 25 de setembro, hoje estamos no dia 15 de dezembro, então vamos voltando, 25 de setembro, 25 de outubro dá um mês, 25 de novembro dá dois meses e 15 de dezembro dá quase três meses, porque 25 de dezembro vai ser o Natal. Esse documento que tenho aqui, nº

3551/09, é datado de Curitiba, 25 de setembro de 2009, assinado pelo 1º Secretário desta Casa, Deputado Alexandre Curi, encaminhado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, ao Secretário da Pasta.

Já estou cobrando aqui pela terceira vez e vou continuar cobrando. Pode parecer um trabalho desgastante, mas isso é para mostrar que os Secretários não estão respeitando, que o Governo Requião não respeita a Assembleia Legislativa. Até gostaria, se tiver algum Juiz nos ouvindo, alguém do Ministério Público, não sei mais a quem recorrer, porque este documento foi aprovado aqui por esta Casa e até agora não recebemos a resposta.

Tenho certeza que o não cumprimento deste documento é um desrespeito à Assembleia Legislativa.

Deputado Nelson Justus, o Secretário da Segurança até agora, vai fazer 90 dias que aprovamos o requerimento que foi enviado, está aqui a cópia do requerimento, assinado pelo Deputado Alexandre Curi, e ele não responde.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

Se encerrarmos os trabalhos deste ano sem estas respostas, Deputado Nelson Justus, é muito ruim para este Plenário.

A Assembleia Legislativa, nos últimos anos, tem passado por uma transformação fantástica no seu trabalho. Imaginem os senhores, quem fez campanha para Deputado, se elegeu em 2006 e assumiu o mandato aqui, talvez nem imaginasse que chegaria aqui, elegeriam uma Mesa para dirigir, coordenar os trabalhos da Assembleia, e a partir daí, comessem mudanças significativas para a democracia, para a transferência, para que as pessoas nas suas casas pudessem acompanhar melhor o trabalho desta Casa. É a TV SINAL chegando ao vivo nas casas dos paranaenses, é a internet trazendo on-line as prestações de contas dos Deputados, da Assembleia Legislativa, mostrando coisa que nunca existiu neste País, usando o jargão popular de uma pessoa muito importante neste País. Só que ainda está faltando o respeito dos Secretários de Estado para com este Poder. Não podemos nos curvar e deixar que isto continue acontecendo, é falta de respeito! Cada Deputado aqui, na hora da campanha, sai conversando com a população, fazendo reuniões para trazer a esperança de vida melhor para as pessoas que ficam nas suas casas! E nós, quando aprovamos um simples pedido de informação não conseguimos nem a resposta? O que estão nos dizendo?

Deputado Elio Rusch, V. Exa. que é o Líder da Oposição, neste momento, estou aqui falando e pedindo aos Srs. Deputados para nos ajudarem, porque já foi aprovado, só falta o retorno, a resposta do Secretário da Segurança para estes questionamentos que estão aqui. Fazem três meses e ainda não chegou!

Deputado Romanelli, gostaria de pedir que V. Exa. nos ajudasse ainda nesta semana. Já estamos no terceiro

mês, fica feio para o Governo não responder, fica mais feio ainda para o Secretário da Segurança e, pior ainda, para esta Casa.

Imaginem o seguinte: fazemos um trabalho aqui e não vemos resultado, significa o quê? Podemos imaginar que coisas que fazemos aqui também não têm importância lá para o Governo. Sinceramente, ou vamos fazer isso aqui para valer ou estamos brincando! Concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Douglas, na verdade V. Exa. há de compreender que o grande mal deste País é o Executivo dominar o Legislativo, a autoconfiança dos Secretários, é um jogo de cartas marcadas, a bancada da maioria lhe dá folga suficiente para não respeitar um requerimento feito por um Parlamentar. Eu, quando vejo aqui formulado um requerimento em nome da Bancada da Oposição, da Bancada da Situação, me sinto muito mal, porque na verdade não deveria ter essa divisão, Bancada de Situação e de Oposição. Na grande maioria voto a favor dos projetos do Governo, aqueles que são bons. Raramente o Governador Requião tem tido o dissabor de ouvir a minha posição contrária. Mas essa ordem unida que se dá como se dá no Exército: "Votem contra". Aí votam contra. "Votem a favor". Aí votam a favor. Isso que temos que mudar.

Sei que V. Exa. está se referindo a um requerimento que foi aprovado por esta Casa, mas como disse o Secretário, a estrutura governamental tem tanta confiança na maioria da Casa que está preestabelecida, não sei se por vantagens eleitorais, não sei por quê é, mas ela compõem a maioria. A maioria que vota com o Governo, certo ou errado, vota. Tanto é que V. Exa. viu que hoje se votou duas matérias completamente diferentes numa só. Portanto, mereceu o nosso desprezo.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Muito obrigado. Mas esse item que estou me referindo já foi votado pelos Deputados, e independente de Oposição ou situação eles aprovaram, e a partir de agora é um documento da Casa. Por isso a nossa cobrança a todos os Deputados.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Quero cumprimentar o Deputado Douglas Fabrício. Deputado Nelson Justus, o Deputado Douglas está coberto de razão. Esse requerimento foi aprovado no mês de setembro, é um pedido de informações, faz 90 dias. O Secretário tem 30 dias de prazo para responder, deixa de ser um documento do Deputado Douglas, da Bancada A ou Bancada B, e passa a ser um documento da Assembleia Legislativa.

Presidente Nelson Justus, o Secretário da Segurança não está respeitando a Assembleia Legislativa, e solicito à Mesa que faça com que o Secretário responda esse documento. Esse requerimento foi aprovado pelo Plenário. Se esse documento é aprovado pelo Plenário, é

um pedido de informações, o Governo tem a responsabilidade de respondê-lo, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade.

Não queremos fazer isso com Deputado, entrar na Justiça, porque na verdade é um documento da Assembleia Legislativa, o desrespeito neste momento é com o Poder Legislativo do Estado do Paraná. Tenho certeza que o Presidente haverá de tomar providências para que o Secretário responda esse pedido de informações para que não precisamos recorrer a outras meios. Solicito ao Presidente da Casa que tome as medidas necessárias para que seja respondido aquilo que foi aprovado aqui na Assembleia. Não é só um requerimento, é um pedido de informações embasado na Constituição do nosso Estado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado. O que peço é que quando um Secretário não responde - estou imaginando que esse Secretário especificamente não está respondendo porque fui eu que pedi, foi meu nome aqui junto - ele está levando para um lado que uma pessoa inteligente e preparada não faria isso. Se ele estiver levando para esse lado que estou imaginando, ele não serviria nem para ser Secretário, porque ele está lá num cargo importante no Estado.

Não responder à Assembleia Legislativa não é uma afronta ao Deputado Douglas Fabrício, é uma afronta a um Poder. E aqui são três Poderes: o Executivo, que é escolhido pelo povo; o Legislativo, escolhido pelo povo; e o Judiciário, que é através de concurso. Ele, Secretário que está lá, não foi nem escolhido pelo povo, porque não teve nem coragem de se candidatar. Espero que agora coloque o peito na água e seja candidato, porque o senhor que já está aqui há vários anos sabe como é difícil se candidatar, cumprir com o compromisso de campanha, pedir para o povo ajudar. O povo ajuda, e aí chega aqui, fazendo um requerimento, é aprovado e um Secretário, que foi apenas colocado lá pelo Governador, não foi votado, não respeita a Assembleia.

Estamos chegando ao final do ano. Se não chegar até esta semana eu vou levar isso à Justiça. E aí fica muito chato imaginar que um Deputado se elegeu, coisa que uma pessoa poderia fazer sem um Deputado, ir à Justiça e pedir um documento desses.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero apenas consultar a 1ª Secretaria para ver o dia que realmente foi enviado esse requerimento aprovado aqui em Plenário ao Sr. Secretário. Se houve efetivamente o recebimento, vamos cobrar para que ele seja respondido. Não pode ser diferente, o requerimento foi aprovado aqui na Casa e tem que ser respondido, de uma maneira ou de outra.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Para descontraí um pouco. Acabei de saber aqui que os sinos de Brasília agora estão tocando com um novo ritmo.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há mais oradores inscritos,

Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 1872/09, subscrito pelo Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que trata da estrutura administrativa do Centro de Apoio ao Fundo da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Paraná, criado pela Lei Estadual nº 15942 de 03/09/08. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projetos de Lei nº 624/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 108/09, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo até o montante de US\$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de dólares norte-americano), junto ao banco internacional para a reconstrução e o desenvolvimento - BIRD. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CO E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Deputados que forem favoráveis ao projeto, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação a emenda.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Com o devido respeito que tenho pela bancada de Oposição que apresentou essa emenda e também ao Deputado Nereu Moura como relator, que considerou constitucional a emenda, quero publicamente divergir.

Como estamos debatendo o mérito da emenda, não vou ficar aqui afeito à questão da constitucionalidade.

Mas, gostaria de chamar a atenção, porque há muitos Parlamentares que já exerceram cargos importantes na Administração Pública. O Presidente foi Secretário de Estado, preside a Mesa Executiva dessa Casa. O Deputado Scanavaca foi Prefeito da Cidade de Umuarama, outros tantos foram Prefeitos e Secretários de Estado e exerceram cargos importantes na Administração Pública.

O que propõe a emenda apresentada é o encaminhamento, é a prestação de contas trimestral de um programa governamental, como esse programa que trata de inclusão na área rural, inclusão e desenvolvimento da agricultura familiar. O artigo 74 da Constituição diz claramente o seguinte: *Que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da Administração Direta e Indireta, quanto a legalidade e legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.*

Do que estamos tratando? Artigo 75: *O controle externo a cargo da Assembleia Legislativa será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, ao qual compete.* E aí vêm as competências do Tribunal de Contas. Porque estou dizendo isto? Porque não é crível, não é razoável que num orçamento, por exemplo, de 2010, de R\$ 25 bilhões se subtraia, da análise do conjunto, um único programa - que todos sabem, todas as Secretarias e autarquias têm a fiscalização do Tribunal de Contas, através de um Conselheiro, que é superintendente e que exercem através dos Auditores, dos Inspectores, o acompanhamento em nome da Assembleia, como controle externo da administração o desempenho de todas as atividades previstas orçamentariamente, inclusive o programa ao qual nos referimos. O interessante é destacar, também, que há o sistema de controle interno de cada um destes Poderes.

Agora, o que quer a emenda apresentada? Ora! De um programa que sinceramente, tenho dificuldades e profundas dúvidas que será executado ainda, pelo próximo Governo. Acho muito difícil, para ser sincero. Agora, imagine - independente do Governo, se é este Governo que vai começar o programa de cinco anos o seguinte: o Secretário da Agricultura vai enviar um ofício à Assembleia Legislativa dizendo "Olha, o desenvolvimento da lavoura cafeeira na propriedade do Sr. José de Tal, Fulano de Tal: nos últimos três meses compramos 22 carpidadeiras de café ou 42 plantadoras de milho". E aí a Assembleia Legislativa vai receber um ofício e a Mesa Diretora vai ler: Estamos aqui, agora, desenvolvendo o programa, aquele programa que foi votado e trimestralmente tem um relatório, nós recebemos aqui 30, 42 plantadeiras de milho, que custaram R\$ 21 mil".

Entrei na questão da constitucionalidade e acabei indo no mérito porque não é razoável o único programa ter relatório trimestral para ser enviado à Assembleia

Legislativa, completamente descabido. É uma interferência indevida em outro Poder, porque já temos, no regramento constitucional e na operacionalidade, como é que deve se processar.

Então, quero encaminhar contrário à aprovação da emenda, com o devido respeito, porque sinceramente não consegui entender qual o objetivo dela. Mas, certamente o formulador desta emenda deve ter, publicamente, uma explicação para dar. E eu gostaria de ouvi-la. Mas, quero encaminhar contrário à emenda, em função do nosso ordenamento jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, certamente se, quando autorizaram a Agência de Fomento do Estado do Paraná, ou o Governador do Estado do Paraná, anterior ao Sr. Roberto Requião, a contratar um empréstimo em dólar, para passar para a PARANACIDADE para repassar aos Municípios, tivessem colocado uma emenda como esta, que acho que não assinei, mas vou defendê-la, certamente o Estado do Paraná não estaria num prejuízo milionário, porque na passagem do Governo Jaime Lerner para o Governo Roberto Requião, ocorreu algo inusitado. Ficaram milhões de reais na conta, parados, quando contraiu o empréstimo em dólar, o dólar estava mais de 3 por 1 e o dinheiro ficou parado quase dois anos. Quando foi emprestar, já valia metade. Se houvesse fiscalização da Assembleia em relação àquele empréstimo, que não era do Jaime Lerner, era do Estado do Paraná, nós iríamos saber que o dinheiro estava parado na conta do Banco do Brasil e que ficou parado por mais de um ano e que hoje temos um furo naquelas continhas de 2006 que aprovamos aqui. Ninguém roubou, não!

Simplesmente não houve fiscalização, não houve prestação de contas e o Paraná ficou com um prejuízo milionário, porque contraiu um empréstimo em dólar, o dinheiro ficou parado e quando foi emprestar para os Municípios, já valia a metade.

Então, o Tribunal de Contas é um órgão competíssimo para fiscalizar e a ele o Governo tem que se reportar trimestralmente, assim como tem que se reportar para esta Casa. Acredito que ninguém está com má-fé, tanto é que estamos autorizando a contratação do empréstimo. Mas, não vejo o porquê. Aliás, é constitucional e estamos discutindo justamente a constitucionalidade. É dever desta Assembleia fiscalizar a aplicação e estamos autorizando, sim, a contratação de uma operação em dólar e temos o dever não é nem o direito de fiscalizar a execução de onde haverá a aplicação, porque senão vai ocorrer como já ocorreu neste Estado e digo novamente onde ocorreu: contraíram empréstimo em dólar, dólar a 3 por 1, esqueceram o dinheiro por 1 ano no Banco do Brasil e quando foram emprestar, valia a metade. Quem vai

pagar esse prejuízo não é o Requião, não é o Jaime Lerner, não é ninguém, mas o povo do Paraná. E nós temos a obrigação de zelar pelo dinheiro público. Essa dívida contraída será paga pelos paranaenses e não será paga pelo Pessuti, pelo Osmar Dias e nem pelo Beto Richa, mas será pago pelo povo do Paraná e é nossa obrigação assegurar essa fiscalização da Assembleia na aplicação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas.

Deputado Romanelli, com toda a honestidade, não entendi a sua explicação. Ele concorda com a fiscalização externa e quando leu o artigo 74 da Constituição fez referência a que o controle externo do Governo do Estado seria exercido pelo Tribunal de Contas; mas no artigo 75 está claro que o controle externo é exercido pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas. E o que estamos pedindo nesta emenda?

Não estamos pedindo o relatório que o Deputado Romanelli está fantasiando aí. Desculpe-me, Deputado Romanelli, dizer que queremos saber quantas plantadeiras, quantas ensiladeiras, quantas ordenhadeiras, nada disso aí! Aliás, V. Exa. nos deve uma explicação, porque solicitei no início da semana, Deputado Romanelli, que V. Exa. informasse à Casa, como Líder do Governo, se esses recursos que o Governo do Estado está solicitando para pegar empréstimo no BIRD, ou seja, US\$ 51 milhões - que nós concordamos com esse programa do Governo do Estado - que informasse à Casa e de que forma seriam liberados, se seriam liberados só para os Municípios, ou para associações de moradores para ONGs, para OSCIPS ou para quem seriam liberados esses recursos. Pedi isso ao Líder do Governo para não atrapalhar o andamento desse projeto. Poderíamos ter pedido vistas, pedir na Comissão em diligência o projeto, mas não fizemos isso para que o Governo do Estado pudesse já buscar esses recursos, que acredito que ele já deve ter autorização do Banco Central, porque em se tratando de um financiamento internacional é preciso do aval do Governo Federal.

E o que estamos solicitando, Srs. Deputados?

Que o Governo do Estado apenas informe à Assembleia Legislativa, a cada três meses, para quem foram liberados os recursos. Na exposição de motivos, o Governo do Estado diz que serão beneficiados 127 Municípios do Estado do Paraná e nem pedimos quais os Municípios que seriam beneficiados, sendo que deixamos a liberdade para o Governo do Estado. Agora, a Assembleia Legislativa tem que exercer, sim, o seu direito, que é a fiscalização dos atos do Executivo.

Não estamos pedindo que o Governo do Estado mande para a Assembleia Legislativa para que nós aprovemos cada projeto. Não! A liberação de 51 milhões de

reais já é um cheque em branco para o Governo do Estado, que ele possa investir de acordo com aquilo que ele ache necessário nos seus programas, conforme elencado no projeto, conforme elencado na mensagem, que anexa o projeto que pede autorização. E faço questão, Srs. Deputados, de ler o artigo 75 da nossa Constituição, que o Deputado Romanelli leu o artigo 74. Veja o que diz o artigo 75 da Constituição: *o controle externo a cargo da Assembleia Legislativa será exercido com auxílio do Tribunal de Contas*. Então, não é o Tribunal de Contas que vai fiscalizar, mas sim o Tribunal de Contas será um auxiliar da Assembleia Legislativa.

Solicitamos então aos Srs. Deputados que não existe nada de mais nessa emenda. Vamos exercer o nosso papel como Poder e não como órgão, e não como agente. Mas o Poder Legislativo deverá ser comunicado sim, a cada três meses aonde foram aplicados os recursos. Quanto foi para Colombo? Ou para a associação? Aonde foi o dinheiro? É isso que queremos saber, e não entrar em detalhes, como o Deputado Romanelli quis levar para os Srs. Parlamentares. Não é essa a nossa intenção, Deputado Romanelli, em absoluto, apenas clarear e que o Deputado Reni Pereira foi muito feliz quando lembrou a transferência; dizer que quando houve a troca de Governo o dinheiro depositado na PARANACIDADE de milhões e milhões de reais, que ficou parado sem aplicação, e o que aconteceu? O dólar desvalorizou, o real valorizou, e quem pagou a conta foi o povo do Paraná. Com toda certeza, se tivéssemos uma emenda dessa forma, isso não teria acontecido.

Por isso peço aos Srs. Deputados, independente da Situação ou Oposição, nada mais do que aprovar essa emenda para que possamos exercer o papel do Poder, de fiscalizar o dinheiro que estamos aprovando do 51 milhões de dólares para o Governo do Estado.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

Vai se proceder a votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis à emenda, votam com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários à emenda votam com a expressão NÃO.

Vai se proceder a apuração.

Quarenta e três Srs. Deputados votaram.

Vinte e cinco NÃO; 17 SIM.

Está rejeitada a emenda.

1ª Discussão

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 632/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 109/09, que altera dispositivos da Lei nº 14260/03 - IPVA, assim como aprova tabela de preços médios de veículos a ser utilizada como base de cálculo do referido imposto para o exercício de 2010. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Aprovado. (Publ. no DA nº 139/09, de 16/11/09, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 632/09

P A R E C E R :

Do Projeto

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar a vigência da lei orgânica do IPVA, bem como aprovar o uso da tabela de valores médios de veículos elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE para cálculo do referido imposto no ano de 2010.

Fundamentação

O presente projeto tem por objetivo alterar a vigência dos dispositivos constitucionais acerca da matéria tributária relacionada à cobrança de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, no Estado do Paraná, bem como visa aprovação da tabela de valores para cálculo do referido imposto.

Em relação à referida matéria, vejamos que a Constituição Federal dá total autonomia, e reveste de legitimidade o autor para legislar sobre a matéria ora analisada, pois assim dispõe:

Art. 100. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

III - propriedade de veículos automotores.

Faz-se necessário observar, portanto, que dentro da Constituição Federal os preceitos acerca de referido artigo, abrem margem ao contido no presente projeto de lei, tendo em vista que dá legitimidade e competência ao Estado para legislar acerca de IPVA.

Em realidade, parece-nos possível examinar tal questão sem discorrer sobre o perfil federalista brasileiro, delineado na Carta Política vigente: normativamente centralizado, financeiramente repartido e administrativamente descentralizado, no campo tributário, em específico, da lei complementar, e os conteúdos das normas gerais reafirmam a tese do federalismo legiferante concentrador.

Neste sentido já se manifestou o Supremo Tribunal Federal no Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 167777/SP:

Imposto sobre propriedade de veículos automotores. Disciplina. Mostra-se constitucional a disciplina do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores mediante norma local. Deixando a União de editar normas gerais, exerce a unidade da federação a competência legislativa plena - parágrafo 3º do artigo 24, do corpo permanente da Carta de 1988, sendo que, com a entrada em vigor do sistema tributário nacional, abriu-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a via da edição de leis necessárias à respectiva aplicação - parágrafo 3º do artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta de 1988.¹

Diante de tais posicionamentos, tanto doutrinários quanto jurisprudencial, podemos verificar que a Constituição da República autoriza ao Estado legislar sobre IPVA por meio de lei ordinária.

Eis aí o ponto que gostaríamos de alcançar, vejamos que a doutrina é bem clara no intuito de alcançar a conceituação dos termos constitucionais e a efetivação das normas, não se deve inobservar à legalidade exigida para tanto, ou seja, se há por parte do ente federativo, interesse em tomar medidas a fim de executar o disposto na Constituição Republicana, deve ele se ater à legalidade do seu ato.

A partir de tal posicionamento, vejamos que o presente projeto está em acordo com os preceitos constitucionais.

No que concerne à competência legislativa, irrefutável a legitimidade estadual para propor tal medida, uma vez que trata de função do Poder Executivo, cuja autoria partiu do próprio, estando, portanto, conforme os ditames constitucionais, dentro do rol de atribuição deste ente federativo. Como fica evidenciado, o exercício da competência legislativa fica clara, para legislar acerca de matéria relacionada.

Em relação à remissão¹ adotada na presente proposição, que altera de R\$ 100 para R\$ 250 a competência do Secretario de Estado da Fazenda para dispensa de débitos relativos ao IPVA, justifica-se no previsto na Lei n° 15354, de 22/12/06, que limita as execuções fiscais ao valor de 5 UFP, compatibilizando com os valores dispensados pela Lei n° 16017/08.

Poderia se questionar sobre a aplicabilidade da Lei Complementar n° 101/00, no que diz respeito à renúncia de receita. Entretanto, tendo em vista que na justificativa o autor do projeto esclarece que o gasto para cobrança do débito será mais danoso ao erário do que a arrecadação que seria gerada com a cobrança destes débitos pendentes, de maneira que não se faz necessário o cumprimento do disposto na lei complementar.

Cumpra-se destacar, ainda, o disposto no artigo 150, III, 'b' e 'c' da Constituição Federal:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

III - cobrar tributos:

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; (incluído pela Emenda Constitucional n° 042, de 19/12/03).

O princípio da anterioridade no direito tributário está associado ao princípio da "não-surpresa tributária", evitando que os contribuintes sejam surpreendidos com as novas cobranças, sem terem tido tempo suficiente para melhor conhecer a nova legislação, e, em função dela, poderem programar-se, pois também o contribuinte, necessita de planejamento para dar continuidade a suas atividades, assim como para controle do orçamento familiar.

O Supremo Tribunal Federal, por meio da ADIN n° 939, já declarou que o princípio da anterioridade tributária à cláusula pétrea, pois consiste em garantia individual do contribuinte, confirmando, a Corte Maior, a existência de direitos e garantias de caráter individual dispersos no texto constitucional.

Dessa forma, ainda que o artigo 3° estabeleça que o presente projeto entrará em vigor na data da publicação, diante do exposto no artigo 150, III, 'c', da Constituição Federal, têm-se que a cobrança efetiva da nova alíquota só poderá ter início decorridos 90 (noventa) dias da publicação.

Ademais disto no que concerne à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar n° 095/98.

Conclusão

Quanto à técnica legislativa o presente projeto, não encontra óbice, junto a Lei Complementar n° 095/98.

Portanto, o projeto de lei em análise é constitucional e legal, pois está em perfeita consonância no que diz respeito aos preceitos federais e estaduais, não encontrando nenhum óbice.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 652/09, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça - Ofício n° 1785/09, que institui o Diário Eletrônico do Ministério Público como instrumento oficial de comunicação dos atos do Ministério Público do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 144/09, de 24/11/09, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 652/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, tem por objetivo instituir o Diário Eletrônico do Ministério Público como instrumento oficial de comunicação dos atos do Ministério Público do Estado do Paraná.

1. STF. Segunda Turma. AGRAG n° 167777/SP. Rel. Min. Marco Aurélio. Publicado no DJU de 09/05/1997, p. 18.134.

1. Conforme determina o artigo 172 do Código Tributário Nacional, a remissão consiste na extinção do crédito tributário, por motivos considerados relevantes pelo legislador e supervenientes ao nascimento da obrigação tributária, podendo ser, também posterior ao lançamento do crédito tributário.

Fundamentação

Em um primeiro momento, cumpre-nos analisar a competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indispensáveis;

§ 1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreiras; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

Observamos assim, que a competência para instituir o Diário Eletrônico do Ministério Público como instrumento oficial de comunicação dos atos do Ministério Público do Estado do Paraná, é assegurada ao Ministério Público, razão pela qual o projeto de lei configura-se como a forma adequada para que o projeto de lei seja debatido pela Assembleia Legislativa do Estado.

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que atribui ao Ministério Público a autonomia administrativa, conforme explica José Afonso da Silva, em relação ao Ministério Público da União:

Essa foi a orientação doutrinária que informou a elaboração das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmaram os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa (...).¹

Seguindo o magistério de José Afonso da Silva, observa-se, portanto, que o Ministério Público possui

1.SILVA, J. A. Curso de Direito Constitucional Positivo. 29. ed. pg. 598.

independência funcional, detendo competência para instituir o Diário Eletrônico como instrumento oficial de comunicação dos seus atos.

Ainda, cabe ressaltar que a publicação dos atos do Ministério Público, acaba por respeitar um princípio relevante que é o da publicidade, que é elencado pela Carta Magna no seu artigo 5º, inciso XXXIII:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIII - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo de lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Observa-se, portanto, que o projeto em análise atende aos ditames legais, não encontrando óbice no que tange à sua constitucionalidade. Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em tela não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análises, opinamos pela sua aprovação, observada a proposta de emenda apresentada.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/09, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça - Ofício nº 1783/09, que transforma, ao vagar, os cargos de Promotor de Justiça Substituto em Segundo Grau do Ministério Público do Estado do Paraná, atualmente providos, em cargos de Procurador de Justiça, e os cargos não providos, em cargos de Assessoramento Superior. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 144/09, de 24/11/09, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 653/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, tem por objetivo instituir transformar cargos de Promotor de Justiça Substituto em Segundo Grau do Ministério Público do Estado do Paraná.

Fundamentação

Em um primeiro momento, cumpre-nos analisar a competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114, parágrafo 2º:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indispensáveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifo nosso)

No mesmo sentido, o artigo 127, parágrafo 2º da Constituição Estadual:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhes a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indispensáveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreiras; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

Observamos assim, que a competência para a criação, transformação e extinção dos Quadros dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, é assegurada ao Ministério Público, razão pela qual o projeto de lei configura-se como a forma adequada para que o projeto de lei seja debatido pela Assembleia Legislativa do Estado.

Observa-se, portanto, que o projeto em análise atende aos ditames legais, não encontrando óbice no que tange à sua constitucionalidade.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em tela não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação, observada a proposta de emenda apresentada.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 654/09, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça - Ofício nº 1784/09, que transforma cargos de Promotor de Justiça perante Varas Cíveis de Promotor de Justiça Substituto da Comarca de Curitiba, em cargos de Promotor de Justiça com atuação perante Promotorias de Justiça Especializadas, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curi-

tiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 144/09, de 24/11/09, em Ofícios).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 654/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, tem por objetivo transformar cargos de Promotor de Justiça perante Varas Cíveis e de Promotor de Justiça Substituto da Comarca de Curitiba.

Fundamentação

Em um primeiro momento, cumpre-nos analisar a competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114, parágrafo 2º:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indispensáveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifo nosso)

No mesmo sentido, o artigo 127, parágrafo 2º da Constituição Estadual:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indispensáveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

Observamos assim, que a competência para a criação, transformação e extinção dos Quadros dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, é assegurada ao Ministério Público, razão pela qual o projeto de lei configura-se como a forma adequada para que o projeto de lei seja debatido pela Assembleia Legislativa do Estado.

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que atribui ao Ministério Público a autonomia administrativa, conforme explica José Afonso da Silva, em relação ao Ministério Público da União:

Essa foi a orientação doutrinária que informou a elaboração das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmaram os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o disposto no artigo 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, a política remuneratória e o plano de carreira. Dá-se-lhe, assim, o poder de iniciativa de lei nessas matérias.¹

Seguindo o magistério de José Afonso da Silva, observa-se, portanto, que a iniciativa para propor a criação, transformação e extinção dos Quadros dos Servidores do Ministério Público compete tão somente a ele.

No que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que havendo rigorosa simetria entre os subsídios atribuídos aos cargos ora transformados, a medida não acarretará acréscimo orçamentário e financeiro.

Observa-se, portanto, que o projeto em análise atende aos ditames legais, não encontrando óbice no que tange à sua constitucionalidade.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em tela não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar n° 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Aprovado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só tirar uma dúvida, Sr. Presidente: se a proponente, a Procuradoria Geral da Justiça pode propor a esta Casa uma mensagem, não o Tribunal de Justiça? Por exemplo, o Ministério Público pode propor aqui um projeto de lei instituindo? Isso não é apenas relação de Poder para Poder?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Responde à questão de ordem de V. Exa.: pode sim, perfeitamente.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Pode?

1.SILV, J. A. Curso de Direito Constitucional Positivo. 29.ed. pg. 598.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pode, perfeitamente.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Não, é que tenho assistido aqui, Presidente Nelson Justus, o Presidente do Tribunal de Contas mandar uma mensagem para esta Casa sendo um órgão auxiliar deste Poder...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Também pode.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Pode por que V. Exa. está aceitando?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pode, perfeitamente.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas é constitucional isso?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É perfeitamente constitucional isso.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas essa relação não é de Poder para Poder? É uma mensagem do Executivo para o Poder Legislativo? É uma mensagem do Judiciário para o Poder Judiciário?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É uma mensagem do Tribunal de Contas e do Ministério Público, perfeitamente constitucional, Deputado Neivo Berardin. Posso garantir a V. Exa. que estamos votando algo extremamente constitucional.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

É só essa minha dúvida, porque até hoje a tenho. Vou procurar na Constituição do Estado e vou, evidentemente, me convencer disso. Certamente, V. Exa. está com a razão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado!

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 655/09, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça - Ofício n° 1889/09, renúncia artigo da Lei n° 13665, de 04/07/02 e dá nova redação ao seu inciso I. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA n° 144/09, de 24/11/09, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 655/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, tem por objetivo renumerar artigo da

Lei nº 13665, de 04/07/02, e dar nova redação ao seu inciso I, para corrigir erro material e técnico da lei supracitada.

Fundamentação

Em um primeiro momento, cumpre-nos analisar a competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observando o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remunerada e os planos de carreira.

No mesmo sentido, o artigo 127, par 2º da Constituição Estadual:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

Denota-se que a lei que se pretende alterar foi criada pela própria Procuradoria Geral de Justiça, e, observamos, assim, que a competência é assegurada ao Ministério Público razão pela qual o projeto de lei configura-se como a forma adequada para que o projeto de lei seja debatido pela Assembleia Legislativa do Estado.

Ainda, cumpre ressaltar que o presente projeto de lei vem apenas a corrigir erros materiais e técnicos da mencionada lei. A primeira inexatidão é a numeração como “2º” do artigo que antecede o artigo 4º da lei em comento, e o outro fato que se pretende corrigir é de natureza tão somente técnica. Desta forma, propõe-se apenas corrigir este equívoco.

Observa-se, portanto, que o projeto em análise atende aos ditames legais, não encontrando óbice no que tange à sua constitucionalidade.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em tela não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 688/09, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 1372/09, transforma o serviço distrital de Santa Fé em Tabelionato de Notas, e cria serviços notariais e de registro na Comarca de Santa Fé. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 149/09, de 02/12/09, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 688/09

P A R E C E R :

1. Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 688/09 de autoria do Presidente do Tribunal de Justiça tem por escopo criar no foro extrajudicial da Comarca de Santa Fé, serviços notariais e de registro.

Transformando o serviço distrital em tabelionato de notas da Comarca de Santa Fé.

2. Competência e Previsão Legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional, onde, vislumbra-se que a matéria tratada é de iniciativa do Presidente do Tribunal de Justiça, pois cria foro extrajudicial, incluindo tabelionato de protestos de títulos, serviço de registro de imóveis e serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente o tabelionato de protesto de títulos.

Observamos na Constituição Federal em seu artigo 96, inciso I, alínea “a e c”, onde assegura prerrogativa do Tribunal de Justiça legislar sobre a matéria do Projeto de Lei nº 688/09.

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos Tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

c) criação ou extinção dos tribunais inferiores;

O artigo 65, da Constituição do Estado do Paraná, também assevera sobre a iniciativa do Tribunal de Justiça para propor leis com a devida aprovação na Assembleia Legislativa.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei. (grifo nosso).

Assim, fica demonstrado que o Presidente do Tribunal de Justiça, obtém competência administrativa e iniciativa para propor projeto de lei, onde, cria o foro extrajudicial da Comarca de Santa Fé, transformando o serviço distrital em tabelionato de notas e cria serviços notariais e de registro.

O projeto de lei, apresentado pelo Tribunal de Justiça, apresenta sua formulação nos termos da Lei Complementar n° 095, de 26/02/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação as leis, conforme determina o artigo 59 da Constituição Federal.

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

Parágrafo Único. Lei Complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Os serviços do foro extrajudicial são regulados pela Lei Federal n° 8935, de 18/11/94, que no artigo 5°, enumera os titulares e serviços notariais e de registro, no artigo 26, assevera:

Art. 26. Não são acumuláveis os serviços enumerados no artigo 5°.

Parágrafo Único. Poderão, contudo, ser acumulados nos Municípios que não comportarem, em razão do volume de serviços ou da receita, a instalação de mais de um dos serviços.

Portanto, o projeto de lei que assevera sobre a composição do foro extrajudicial da Comarca de Santa Fé, foi analisado e aprovado dentro dos ditames legais, além de estruturar os serviços da Comarca em questão.

Esta proposta de lei, não implica em impacto orçamentário - financeiro, já que os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, conforme artigo 236 da Constituição Federal.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através de prerrogativa e competência administrativa do Presidente do Tribunal de Justiça, não encontrando nenhum óbice na Lei Complementar n° 095/098, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

3. Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade do projeto lei.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 689/09, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício n° 1832/09, altera a composição das receitas do Fundos de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS e do Fundo da Justiça. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada.** (Publ. no DA n° 151/09, de 07/12/09, em Ofícios).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 689/09

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta alterar a composição das receitas do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS e do Fundo da Justiça.

Na justificativa o autor diz que *essa transferência de recursos orçamentários, previstos no orçamento do FUNREJUS para 2010, no valor de R\$ 13.860.000,00 (três milhões, oitocentos e sessenta mil reais), tem por finalidade incrementar os recursos do Fundo de Justiça destinados a dar cumprimento ao processo de estatização das serventias do foro judicial, conforme estabelecido pelo artigo 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 1º, parágrafo 5º, da Lei Estadual n° 14277, de 30/12/03, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.*

No Estado do Paraná, conforme previsto na Lei n° 14277/03, o 1º grau de jurisdição é composto por 425 (quatrocentos e vinte e cinco) Varas autorizadas, das quais, 221 (duzentas e vinte e uma) serventias encontram-se instaladas sob o regime privado, com cargos não remunerados pelo erário. Por isso é certo que o processo de estatização acarretará uma transferência de despesas com pessoal e encargos sociais, necessários à prestação dos serviços judiciários inerentes às serventias estatizadas.

A parcela preponderante das despesas do Fundo da Justiça será superlotada pela arrecadação das custas dos atos judiciais praticados pelos serviços a serem estatizados, conforme previsto na Lei Estadual n° 6149/70 e na Lei Estadual 13611/04, sendo a parte complementar suprida com outras receitas já previstas na lei de criação do referido Fundo, além da transferência da Taxa Judiciária ora proposta.

É o relatório.

Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Chefe do Poder Judiciário do Estado do Paraná, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 700/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 127/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Barracão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 152/09, de 08/12/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 700/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 127/09, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel que especifica ao Município de Barracão.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifo nosso).

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93 que estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinadas à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá da autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11481/07).

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007)(grifo nosso).

José dos Santos Carvalho Filho leciona que a administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumprimamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Cumpre-nos destacar ainda que esta comissão vem adotando em relação aos projetos de iniciativa do Poder Legislativo, posicionamento diverso ao adotado nos projetos de iniciativa do Poder Executivo. Essa divergência de entendimento encontra fundamento no artigo 10 (supracitado) c/c artigo 87², ambos da Constituição Estadual.

A disponibilidade dos bens faz parte da organização do Estado, de maneira que somente do Poder Executivo poderá determinar se um bem faz ou não parte das políticas públicas a serem adotadas no âmbito do Estado do Paraná. Assim, quando o projeto de lei que vise autorizar a doação ou cessão de uso de imóvel tiver iniciativa no próprio Poder Executivo, encontraremos respaldo constitucional para o seu normal seguimento, o que não ocorrerá quando da iniciativa tirar origem nesta Casa legislativa.

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público, neste caso no que se refere à Saúde Pública.

1.Carvalho, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumem Juris. RJ.

2.Art. 87. Compete privativamente ao Governador: VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei.

No que tange às normas de elaboração normativa previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 701/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 128/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Sertãoópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 152/09, de 08/12/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 701/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 128/09, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel que especifica ao Município de Sertãoópolis.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifo nosso).

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93 que estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinadas à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá da autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11481/07).

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007)(grifo nosso).

José dos Santos Carvalho Filho leciona que a administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Cumpre-nos destacar ainda que esta comissão vem adotando em relação aos projetos de iniciativa do Poder Legislativo, posicionamento diverso ao adotado nos projetos de iniciativa do Poder Executivo. Essa divergência de entendimento encontra fundamento no artigo 10 (supracitado) c/c artigo 87², ambos da Constituição Estadual.

A disponibilidade dos bens faz parte da organização do Estado, de maneira que somente do Poder Executivo poderá determinar se um bem faz ou não parte das políticas públicas a serem adotadas no âmbito do Estado do Paraná. Assim, quando o projeto de lei que vise autorizar a doação ou cessão de uso de imóvel tiver iniciativa

1.Carvalho, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumem Juris. RJ.

2.Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Estadual, na forma da lei;

no próprio Poder Executivo, encontraremos respaldo constitucional para o seu normal seguimento, o que não ocorrerá quando da iniciativa tirar origem nesta Casa Legislativa.

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público, neste caso o que se refere à Educação.

No que tange às normas de elaboração normativa previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 702/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 129/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Astorga. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 152/09, de 08/12/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 702/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 129/09, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel que especifica ao Município de Astorga.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifo nosso).

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, ava-

liação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93 que estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinadas à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá da autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11481/07).

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007)(grifo nosso).

José dos Santos Carvalho Filho leciona que a administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Cumpre-nos destacar ainda que esta comissão vem adotando em relação aos projetos de iniciativa do Poder Legislativo, posicionamento diverso ao adotado nos projetos de iniciativa do Poder Executivo. Essa divergência de entendimento encontra fundamento no artigo 10 (supracitado) c/c artigo 87², ambos da Constituição Estadual.

1.Carvalho, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumem Juris. RJ.

A disponibilidade dos bens faz parte da organização do Estado, de maneira que somente do Poder Executivo poderá determinar se um bem faz ou não parte das políticas públicas a serem adotadas no âmbito do Estado do Paraná. Assim, quando o projeto de lei que vise autorizar a doação ou cessão de uso de imóvel tiver iniciativa no próprio Poder Executivo, encontraremos respaldo constitucional para o seu normal seguimento, o que não ocorrerá quando da iniciativa tirar origem nesta Casa legislativa.

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através deste e o interesse público, o qual está presente neste caso, pois o imóvel será utilizado para implantação de Unidade do Serviço Municipal.

No que tange às normas de elaboração normativa previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 703/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 130/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Indianópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 152/09, de 08/12/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 703/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 130/09, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel que especifica ao Município de Indianópolis.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucra-

tivos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifo nosso).

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93 que estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinadas à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá da autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11481/07).

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007)(grifo nosso).

José dos Santos Carvalho Filho leciona que a administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumprimamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável¹.

2.Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Estadual, na forma da lei;

1.Carvalho, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumem Juris. RJ.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Cumpre-nos destacar ainda que esta comissão vem adotando em relação aos projetos de iniciativa do Poder Legislativo, posicionamento diverso ao adotado nos projetos de iniciativa do Poder Executivo. Essa divergência de entendimento encontra fundamento no artigo 10 (supracitado) c/c artigo 87¹, ambos da Constituição Estadual.

A disponibilidade dos bens faz parte da organização do Estado, de maneira que somente do Poder Executivo poderá determinar se um bem faz ou não parte das políticas públicas a serem adotadas no âmbito do Estado do Paraná. Assim, quando o projeto de lei que vise autorizar a doação ou cessão de uso de imóvel tiver iniciativa no próprio Poder Executivo, encontraremos respaldo constitucional para o seu normal seguimento, o que não ocorrerá quando da iniciativa tirar origem nesta Casa legislativa.

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público, neste caso no que se refere à Educação.

No que tange às normas de elaboração normativa previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 707/09, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Ofício nº 411/09, que altera dispositivos da Lei nº 15854/08 - cria Cargos no Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 153/09, de 09/12/09, em Ofícios).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 707/09

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por objetivo adequar

1. Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Estadual, na forma da lei;

sua estrutura administrativa com a criação de cargos no seu Plano de Cargos e Carreiras, tendo em vista o significativo aumento das suas atividades após a entrada em vigor na nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas - Lei Complementar Estadual nº 113, de 15/12/05.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Federal, que atribui ao Tribunal de Contas a mesma competência administrativa atribuída ao Tribunal de Justiça, conforme explica José Afonso da Silva, em relação ao Tribunal de Contas da União:

O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.

*Para garantia de sua independência orgânica, a Constituição lhe confere o exercício das competências previstas para os Tribunais Judiciais, constantes do artigo 96, no que couber (...)*².

A disposição do artigo 96 da Constituição Federal estabelece, no inciso II, alínea 'b':

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao poder Legislativo respectivo, observado o disposto no artigo 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos Juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.

Seguindo os ditames da Carta Magna, citamos a disposição do artigo 101, I, 'b' da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º 150, II e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal.

No mesmo sentido, confirmando o acima exposto, o artigo 2º da Lei Complementar nº 113/05, confere ao Tribunal de Contas do Estado autonomia funcional, administrativa e financeira, e ainda, em seu inciso V garante ao próprio órgão a competência para propor a criação, extinção e transformação de cargos e funções do seu Quadro de Pessoal. Assim, vejamos:

2. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros, 29ª Ed. São Paulo. Pág. 754.

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

V - propor à Assembleia Legislativa a criação, a transformação ou a extinção de cargos e funções de seu Quadro de Pessoal e a fixação dos respectivos vencimentos.

Seguindo os ensinamentos de José Afonso da Silva e de acordo com a Lei Complementar nº 113/05, observa-se, portanto, que a iniciativa para proibir a criação e transformação de cargos dos Tribunais de Contas compete privativamente ao próprio Tribunal de Contas.

Desta forma, fica claro que ao propor o projeto de lei em análise, o Tribunal de Contas encontra-se no exercício de sua competência privativa, não havendo óbice à sua normal tramitação.

Destaque-se ainda que o presente projeto apresenta, em anexo, os cálculos relativos ao impacto financeiro que o reajuste irá gerar aos cofres públicos, atendendo dessa forma o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), em seus artigos 16 e 17:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legítima de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Observa-se, portanto, que o projeto em análise atende aos ditames legais, não encontrando óbice no que tange à sua constitucionalidade.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em tela apresenta-se de acordo com a Lei Complementar nº 095/98, não existindo qualquer irregularidade.

Conclusão

Diante de todo o exposto, não há qualquer instrumento legal ou constitucional que possa obstar o seguimento do presente projeto, razão pela qual encontra amparo jurídico perfeito e, portanto, opinamos pela aprovação da presente proposta legislativa.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Na verdade, votamos hoje na Comissão de Constituição e Justiça. O Projeto de Lei nº 707/09 é uma alteração da Lei nº 15854 que aprovamos no ano passado, aqui, nesta Casa. E na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive, coloquei uma dúvida, obviamente não quanto ao relatório, mas que mais tarde pode esclarecer, com relação ao artigo 27 que está incluído nesta lei, Deputado Nereu, V. Exa. que foi relator, inclusive, pudemos fazer um debate a respeito disso.

O artigo 27 diz o seguinte: *Fica assegurado após dois anos de efetivo exercício do cargo aos servidores ocupantes dos cargos de Técnico de Controle, portadores de diploma de curso superior e de área afim*, (quero lembrar que esse cargo é um cargo nível médio, técnico de Controle), *que venham a exercer ou exerçam atividades exclusivamente do Tribunal de Contas nas áreas de Controle Externo ou de Apoio Administrativo, o pagamento de verba de representação no mesmo percentual dos ocupantes do cargo de Analista de Controle*. Na verdade, entendo que esse artigo remete a uma situação que já tivemos no ano passado, quando um artigo com o mesmo teor, embora com uma redação diferente, mas com o mesmo objetivo, criava a situação de provimento derivado. Ou seja, o concurso para uma determinada função e, na sequência, sem que houvesse nenhum tipo de outra forma de aferir conhecimento de outro concurso, passara a ter um recebimento de valores diferenciados, valores esses que deveriam ser percebidos por quem fez o concurso para exercer uma atividade que exigiria curso superior.

Então, entendo que hoje obviamente, não será o dia de apresentarmos emendas. Amanhã esse projeto estará em Comissão Geral. Mas, quero chamar atenção aqui porque falei com o Líder do Governo e esse mesmo artigo foi vetado pelo Governador no ano passado, foi vetado no projeto anterior. Foi vetado por entender o Governador que havia - e corroboro com a sua leitura - uma inconstitucionalidade por fazer uma situação diferenciada.

Mudou-se a forma ou os termos, mas o princípio é o mesmo: aquele funcionário que tendo feito concurso para nível médio exercer com exclusividade as ações correlatas, no Tribunal de Contas, à sua função de nível médio, tendo ele curso superior, poderá receber uma gratificação, que é a gratificação do cargo de Analista de Controle, o que significa em alguns casos 100%. Ou seja, passará a receber mais do que aquilo para o qual ele foi concursado. Entendo, novamente, respeitando a posição do relator e dos demais Deputados, mas entendo que por esse artigo ser inconstitucional será mais uma vez vetado.

Mas, para que não tenhamos esse caminho hoje, já estou antecipando esse debate, porque sei que amanhã em Comissão Geral vamos apresentar emenda. Mas a emenda em Comissão Geral deverá ser relatada em ple-

nário, obviamente, para que não tenhamos nenhum tipo de atraso no processo. Além disso é preciso, correto e tem diversos pontos positivos. Ele reduz, por exemplo, o interstício de sete anos, que era o que tínhamos agora no Tribunal de Contas, para promoções. Cria entre o primeiro nível e o último um reajuste de 17%. Isso significa em torno de 23 milhões e R\$ 649 mil, a mais por ano para o Tribunal de Contas. Há no projeto o impacto orçamentário.

Todas essas outras condições são que dão ao Tribunal, que tem legitimidade e direito de fazê-los. Mas quanto a esse artigo 27, volto a insistir que ele é inconstitucional e criará uma situação que obrigará o veto do Governador. E cria, se não houver o veto, uma situação totalmente esdrúxula, porque já foi votado no ano passado e volta com uma redação diferenciada, mas com o mesmo objetivo: fazer com que funcionários que fizeram concurso para nível médio e que no ano passado tiveram o seu pleito indeferido pelo Governador, por aquilo que nós, nesta tribuna, colocamos, que era provimento derivado. Agora, com uma nova redação, tem uma gratificação de 100%. Ora, no final das contas o objetivo acaba sendo atingido da mesma maneira. Se você não consegue fazer com que o funcionário de nível médio, receba como funcionários superior, embora esteja exercendo funções de nível superior, você dá a ele uma comissão de 100% ou de um valor equivalente, que o fará receber aquilo que se pretendia no ano passado.

Por isso, Sr. Presidente, no dia de amanhã, pretendemos aqui apresentar uma emenda e dialogar tanto com o Líder da Oposição, como com o Líder do Governo, porque acho que essa emenda fará com que o projeto não se transforme em um projeto inconstitucional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos votar o Item 13: 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 707/09. **Aprovado.**

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 715/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 131/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Nova Londrina. (Implantação do Centro Municipal de Eventos). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 153/09, de 09/12/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 715/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 131/09, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel que especifica ao Município de Nova Londrina, Estado do Paraná.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifo nosso).

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93 que estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinadas à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá da autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11481/07).

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007)(grifo nosso).

José dos Santos Carvalho Filho leciona que a administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta

ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público, neste caso no que se refere à implantação do Centro Municipal de Eventos.

No que tange às normas de elaboração normativa previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 716/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 132/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Toledo. (Implantação de praça pública). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 153/09, de 09/12/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 716/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 132/09, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel que especifica ao Município de Toledo.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucra-

tivos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifo nosso).

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93 que estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinadas à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá da autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11481/07).

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007)(grifo nosso).

José dos Santos Carvalho Filho leciona que a administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumprimamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável².

1.Carvalho, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumem Juris. RJ.

2.Carvalho, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumem Juris. RJ.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público, neste caso no que se refere à implantação de praça pública.

No que tange às normas de elaboração normativa previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 717/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 133/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Maringá. (implantação de Unidade de Saúde). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 153/09, de 09/12/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 717/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 133/09, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel que especifica ao Município de Maringá, Estado do Paraná.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifo nosso).

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93 que estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinadas à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá da autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11481/07).

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007)(grifo nosso).

José dos Santos Carvalho Filho leciona que a administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável¹.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público, neste caso no que se refere à Saúde Pública.

1.Carvalho, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumem Juris. RJ.

No que tange às normas de elaboração normativa previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 718/09 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 134/09, de autoria do Poder Executivo efetuar permuta de imóvel localizado no Município de São José dos Pinhais, com a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. (Destina-se exclusivamente à Estação de Tratamento de Esgoto Sanitários). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 153/09, de 09/12/09, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 718/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 134/09, visa autorizar o Poder Executivo Estadual a permutar imóvel com a Companhia de Saneamento do Paraná.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Por permuta, entende-se o contrato pelo qual as partes transferem e recebem um bem, uma da outra, bens esses que se substituem reciprocamente no patrimônio dos permutantes. Há sempre na permuta uma alienação e uma aquisição de coisa, da mesma espécie ou não.

A permuta não se constitui em meio de alienação a título oneroso, uma vez que o Estado, desfazendo-se de um bem, acaba adquirindo outro, de forma que não

haverá necessidade de concorrência para que seja efetuada a permuta almejada.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do artigo 24 desta lei;

O artigo 24 da referida lei, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

X - Para a compra ou locação de imóvel, destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, seguindo avaliação prévia. (Redação dada pela Lei nº 8883, de 1994)

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e avaliação acerca do valor de mercado dos bens a serem permutados.

A licitação é dispensável, portanto, por se tratar de permuta sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público.

Sobre a supremacia do interesse público na realização de permuta de bens públicos, assim se manifestou o Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná:

Ação popular permuta de bens imóveis públicos por bens imóveis particulares visando o alongamento e alargamento de via urbana, autores que buscam a invalidação do ato. Lesividade amparada no fato de que num dos imóveis cedidos aos particulares havia uma praça arborizada e gramada que servia ao lazer das pessoas lá residentes, artigo 82 da Lei Orgânica do Município que veda a permuta de imóveis nos quais esteja instalada praça, razão da inconstitucionalidade da lei que autorizou a permuta, sentença que reconhece a ilegitimidade passiva da Câmara Municipal e no mérito julga improcedente o pedido. Apelação reiterando os mesmos argumentos e defendendo a legitimidade passiva da Câmara Municipal. Apelação 1. Câmara Municipal que possui

personalidade judiciária apenas nas matérias que dizem respeito às suas prerrogativas institucionais e em defesa dessas prerrogativas. Precedentes do STJ ilegitimidade passiva da Câmara Municipal configurada neste caso. Recurso desprovido nesse ponto. 2. Lei municipal que autorizou a permuta. Ato normativo que se submeteu ao regular processo legislativo. Óbice estabelecido pelo artigo 82 da referida lei orgânica que não lhe atinge porque consoante com o artigo 182 da Constituição Federal e com o Estatuto das Cidades. Vício de inconstitucionalidade que não se configura neste caso. Desafetação bem formalizada. Recurso desprovido nesse ponto. 3. Permuta. Ato Administrativo que visou atender aos ditames do Estatuto da Cidade e realizar a Função Social da Cidade de acordo a respectiva expansão urbana, alargamento de via pública que trouxe inúmeros benefícios a toda a coletividade. Imóvel cedido no qual não estava instalada praça propriamente dita, mas apenas área gramada e arborizada que, inclusive, era localizada numa área industrial. Ato administrativo que se justificada pelos princípios da supremacia do interesse público sobre o privado, M como também o princípio da proporcionalidade, da função social e da supremacia da Constituição Federal. Recurso desprovido nesse ponto. Recurso desprovido. (TJPR - 4ª C. Cível - ACR 0415830-9 - Londrina - Rel.: Des. Marcos de Luca Fanchin - Unânime - j. 08.04.2008)

Destaque-se, por fim, que a permuta será concluída quando houver autorização legislativa para ambos os Poderes Executivos, Estadual e Municipal.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero dar destaque a essa mensagem do Governo. primeiramente, porque uma parte desses recursos será destinada para a BR-423, que liga Araucária a Campo Largo, uma via de suma importância para o escoamento do que é produzido na Cidade industrial de Araucária. Estávamos com aquela via em péssimas condições, o que é lamentável. Um primeiro trecho já está em obras, com cerca de 15 quilômetros. Está sendo feito um trabalho primoroso em Araucária. Agora, os recursos vieram para dar conclusão àquela obra. Teremos essa via, que como eu disse, é de suma importância, onde saem principalmente os produtos da REPAR, Gerdau e CSN, para o Norte do Paraná. Também estão previstos esses recursos

darem continuidade ao programa da Secretaria da Criança e da Juventude, que é a construção dos centros para atendimento a essa tão importante parcela da sociedade.

Os Centros Estaduais da Juventude, irão ter um trabalho com entretenimento, arte, lazer, cultura. Em alguns Municípios atendendo as crianças e adolescentes em contra turno, sendo um programa de resgate social da nossa juventude. Então quero chamar a atenção para isso, estou votando com muita consciência. Vejo esses recursos serem os mais necessários para a continuidade desse Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o item 17.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 719/09 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 135/09, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 53.500.000,00 (cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais) ao vigente orçamento das Secretarias de Estado da Criança e da Juventude e dos Transportes, visando atender despesas com a construção de Centros de Juventude em sete Municípios e restauração do trecho Araucária - Campo Largo e conservação rotineira em rodovias do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 155/09, de 14/12/09, em Mensagens**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 719/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 53.500.000,00 (cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais), ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 16032, de 29/12/08, destinados às Secretarias de Estado da Criança e da Juventude e dos Transportes.

Fundamentação

Preliminarmente, acerca da competência para legislar em matéria concernente ao orçamento, dispõe a Constituição Federal no seu artigo 24, II:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:(...)

II - orçamento

Outrossim, no que tange a legitimidade, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto, transcreve-se da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:(...)

II - as diretrizes orçamentárias anuais

III - os orçamentos anuais (...)

§ 3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias de caráter anual, compreenderá: (...)

VI - os ajustamentos do Plano Plurianual decorrentes de uma reavaliação de realidade econômica e social do Estado.

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)

Nesse sentido, verifica-se a possibilidade do proponente em iniciar o processo legislativo.

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Governador do Estado, que objetiva aprovar a abertura de crédito adicional, nos termos do artigo 41, II da Lei Federal nº 4320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

Art. 46. O ato de abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

Nesse sentido, inobstante a legitimidade, cumpre salientar que a dispensa dos créditos em apreço poderá implicar em um impacto na expectativa de receita, motivo pelo qual, nos termos da Lei Complementar nº 101/00, é patente a necessidade da apresentação da estimativa do impacto econômico que a pretendida renúncia de receita pode gerar:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as

metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

(...)

Destarte, da análise do projeto de lei com as exigências mencionadas e, ainda, tendo-se em conta o encaminhamento dos referidos documentos, observa-se que o projeto atendeu os requisitos necessários até o presente momento, razão pela qual encontra total respaldo jurídico-constitucional para prosseguir sua regular tramitação.

Por fim, quanto à técnica legislativa, releva notar que o presente projeto está de acordo com o que preceitua a Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Face ao exposto, a manifestação é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

Perdão, o Item 18 já votamos, esse que V. Exa. encaminhou. Nós votamos o Item 18, claro, que encaminhou a Deputada Rosane Ferreira.

Está aprovado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sim, votamos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado.

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 720/09 de autoria da Comissão Executiva, que transforma, extingue, cria e reestrutura cargos do Poder Legislativo Estadual, bem como adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 155/09, de 14/12/09, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 720/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tem por objetivo adequar sua estrutura administrativa transformando, extinguindo e reestruturando cargos no seu Plano de Cargos e Carreiras, bem como adota outras providências.

Fundamentação

A presente proposta legislativa, apresentada pela Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vem em momento bastante oportuno. Isso pois, a proposição visa reorganizar e readequar a estrutura funcional dos quadros efetivos, bem como dos

ocupantes de cargos de provimento em comissão do Poder Legislativo Estadual.

É bastante relevante destacar, inicialmente, que a proposta atende finalidades e princípios positivados no ordenamento Constitucional, com intuito vertebral de atender os ditames norteadores da Administração Pública.

Ainda, a extinção de cargos que tornaram-se inadequados ou desatendem as finalidades a que foram propostas é medida coerente e proba, razoável e plenamente tangível à boa gerência da administração do Poder Legislativo, como dispõe o artigo 37 da Constituição Federal.

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que atribui à Assembleia Legislativa autonomia quanto a criação, extinção e transformação de cargos, como dispõe o artigo 54 da Constituição Estadual:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Ainda, a disposição do artigo 51 da Constituição Federal estabelece, no inciso IV:

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

VI - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias: (Redação dada pela Emenda Constitucional n° 019, de 1998)

Desta forma, fica claro que ao propor o projeto de lei em análise, a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa encontra-se no exercício da sua competência, não havendo óbice à sua normal tramitação.

Observa-se, portanto, que o projeto em análise atende aos ditames legais, não encontrando óbice no que tange à sua constitucionalidade.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em tela apresenta-se de acordo com a Lei Complementar n° 095/98, não existindo qualquer irregularidade.

Conclusão

Diante de todo o exposto, não há qualquer impedimento legal ou constitucional que possa obstar o seguimento do presente projeto, razão pela qual encontra amparo jurídico perfeito e, portanto, opinamos pela aprovação da presente proposta legislativa.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Em discussão. Em votação

Para encaminhar, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quero, inicialmente, cumprimentar V. Exa. e muito especialmente as Mesa Executiva, Deputado Alexandre Curi, Deputado Waldyr, por essa posição firme no conjunto da Assembleia Legislativa, na apresentação dessa reestruturação administrativa da nossa Casa.

Quero salientar, Sr. Presidente, que esse trabalho que agora chega ao Plenário, é fruto de meses de discussão. Da parte técnica da Assembleia Legislativa, do Departamento de Pessoal, da Procuradoria Jurídica, juntamente com a Diretoria Geral, que preparou toda essa reestruturação da Assembleia Legislativa. E digo com toda segurança que este é um projeto que vem fortalecer aquilo que V. Exa., Deputado Nelson Justus e o conjunto da Assembleia Legislativa, determinou que assim deveria ser.

Estamos num processo constante de modernização. Eu, que estou aqui já há alguns anos juntamente com outros Deputados, ao pensarmos que há 12 anos atrás tínhamos na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 3 mil e 700 cargos efetivos ou contratados CLTs ou cargos efetivos, e que V. Exa., quando assumiu a presidência, naquela primeira oportunidade, tratou de exonerar praticamente a totalidade desses cargos; quando a Assembleia Legislativa, os Srs. Deputados tinham dois veículos, e novamente numa ação conjunta dos Srs. Deputados, resolveu acabar com os veículos oficiais; um processo constante de avanços, quando a Assembleia Legislativa por iniciativa sua, pôs fim ao voto secreto, possibilitando que todo e qualquer cidadão do Estado pudesse acompanhar como votam os seus Deputados; quando a Assembleia Legislativa colocou no ar TV SINAL, para que todos os cidadãos do Estado do Paraná, a sociedade, a imprensa. E ainda vi a felicidade, na semana próxima passada, segunda-feira, conversando com alguns jornalistas sobre uma das reuniões extraordinárias da CCJ e eles aflitos porque precisavam fechar suas matérias e ficaram satisfeitos e confortavelmente nas suas redações acompanhando a Sessão da Comissão de Constituição e Justiça e depois se tornou matéria em praticamente todos os jornais do Paraná, daqueles projetos que tramitaram na CCJ e que tramitam todos os dias aqui na Assembleia Legislativa, onde o cidadão faz o controle direto da atuação do seu Deputado através da TV SINAL.

Quando instalamos, por iniciativa da Mesa Executiva, nobre Presidente Nelson Justus, o painel eletrônico onde, com toda certeza, todos podem acompanhar a frequência e como votam seus Deputados; quando no ano passado instalamos aqui na Assembleia Legislativa e para o Paraná e para o mundo o Portal da Transparência colocando na rede mundial de computadores todas as informações relativas aos Srs. Deputados e muitas das informações relativas a gestão administrativa da Assembleia Legislativa.

São avanços inquestionáveis. São tempos de modernização. E agora, com esta reforma administrativa, alguns me perguntaram - mas por que agora? Porque vivemos um tempo de modernidade, de austeridade e que, infelizmente, alguns não sabem e não compreendem para a democracia a importância que tem o Poder Legislativo, que é o Poder que não compra o silêncio, porque sequer dotação orçamentária tem para fazê-lo e mesmo que tivesse, não faria.

O Poder Legislativo é o Poder onde todas as camadas da sociedade estão aqui representadas, onde se encontra o poder mais legítimo, muito mais legítimo do que o Poder Judiciário, porque ali vão aqueles que fazem um concurso público, passam, habilitados que são, e muitas vezes se esquecem de suas próprias cartilhas.

Poder Legislativo que sempre está atento aos clamores da sociedade e da população. E é por estas razões que nós, que não somos concursados, mas que há quatro anos participamos de um processo democrático, onde é muitas vezes mais difícil alcançar um mandato de Deputado, do que ingressar em qualquer concurso público. E a nossa cobrança é constante, diuturna, eterna e nós sabemos, todos nós, que se não vamos ao encontro da sociedade, se não estivermos de ouvidos bem atentos, ouvindo os anseios da sociedade, com certeza o nosso mandato não é renovado.

São por estas razões, Srs. Deputados, que a Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, que o conjunto da Assembleia Legislativa resolve agora extinguir 501 cargos comissionados, 163 cargos efetivos e isso causa espanto, isto causa perplexidade em alguns, em outros mais maledicentes causa sempre aquela dúvida - por que disso? Não há dúvida, não há espanto. A Assembleia do Paraná dá um exemplo neste momento e nesta tarde, graças a determinação firme da Mesa Executiva e a vontade dos Srs. Deputados, porque isso só vai se tornar na medida em que venhamos a votar e aprovar isto e que haverá, tenho certeza, a sanção do Governador. Nós estamos dando um exemplo, enquanto os entes federados, Governo Federal, muitas vezes Governos de outros Estados se preocupam em criar cargos, em hipótese nenhuma se ousa extinguir cargos, porque sempre pode ser instrumento para acomodar, muitas vezes, algum apadrinhado, a Assembleia Legislativa do Paraná não extingue meia dúzia de cargos, extingue 501 cargos comissionados.

E eu dizia - com critério de total impessoalidade, porque o legislador não pode olhar para quem faz ou quem serão os beneficiados ou quem serão os prejudicados. O legislador, quando faz a lei, não pode personalizar essa lei para esse ou aquele cidadão.

Simplesmente, Deputado Anibelli, pegamos cargos que foram criados por lei e extinguímos. Cento e vinte cargos aqui, 120 cargos ali, 120 cargos acolá, nove cargos AE-1 por lá e chegamos ao número de 501 cargos. Não estamos fazendo demagogia: "A Assembleia vai economizar tantos milhões." Não é esta a questão, mas a Assembleia põe um freio aos seus futuros administrado-

res, dá um exemplo de austeridade ao Paraná e ao Brasil quando extingue estes cargos e não permite que ninguém mais, em tempo algum queira preenchê-los, isso não tem preço! Isso marcará, Deputado Nelson Justus, profundamente a sua administração, de toda Mesa Executiva e de todos nós Deputados.

Extinguimos, sim, 163 cargos efetivos, mas que não estavam fazendo falta, são pessoas que se aposentaram, são pessoas que saíram no plano de demissão voluntária, são cargos que estavam vagos porque os seus titulares morreram. Mas poderíamos deixar estes cargos aí esperando, quem sabe, uma oportunidade de fazer um concurso e preenchê-los. Não, a Assembleia disse: "Para tocar a Assembleia Legislativa não precisamos destes cargos."

No capítulo 1º tratou-se da extinção destes cargos públicos: cargos comissionados 501; cargos efetivos 163; total de 664 cargos. Confesso, Presidente, já vi criação de 700, 500 cargos de uma vez, mas extinguir uma quantidade como esta nunca havia visto nos meus anos de vida pública. Pois bem, nos capítulos seguintes tratamos de alocar os gabinetes, a estrutura administrativa da Casa, distribuindo nos Gabinetes Parlamentares, distribuindo nas Comissões, nas Lideranças, nas 1ª e 2ª Secretarias, Presidência, Vice-Presidências, na Direção Administrativa, Diretoria Geral, Procuradoria, enfim esta sendo a alocação desses cargos. Uma coisa muito importante até para nosso processo de transparência: tínhamos dezenas de simbologias na Assembleia Legislativa: GP-1, GP-2, GP-3, C-1, C-2, C-3, C-4, C-5, C-6, AE-1, dezenas, enfim; pela transparência agora serão duas simbologias praticamente: G e vai até G-7 e DAS, DAS que é usual no Ministério Público, no Poder Judiciário, no Poder Executivo e também aqui na Assembleia Legislativa. E se for do conjunto da Assembleia Legislativa nós, no capítulo 3º criamos condições para que as gratificações sejam agora impostas por lei, para que todos aqueles que tenham as condições, os requisitos estabelecidos pela lei - que também não é a invenção da roda - porque fomos no Estatuto do Servidor Público do Estado do Paraná, fomos ver o que se paga no Judiciário, no Ministério Público e algumas poucas coisas, com extrema modéstia, trouxemos para cá. Se for para o conjunto da Assembleia assim entender elas ficam, se entender que não, por emenda se suprime, não há problema algum.

E no capítulo 4º tratamos das regras de transição: impusemos um prazo de 45 dias para que a lei entre em vigor, em função do quê? Em função de que nestes 45 dias vamos tomar todo tempo necessário para a extinção dos cargos e sobretudo para reequilibrar ou realocar na simbologia correta, porque as simbologias anteriores foram extintas, então teremos este prazo para poder colocar todos os cargos comissionados, todos os servidores na simbologia correta, tudo para que quando chegarmos lá na frente o cidadão possa identificar, pela simbologia a remuneração daquele servidor, e não de uma outra maneira que venha a contrariar aquilo que está disposto

no artigo 5º da Constituição Federal, que são os direitos e garantias individuais de cada cidadão.

Então, meu Presidente Nelson Justus, meus amigos, só peço uma coisa, sei que todos nós estamos chegando já ao final do período legislativo e ao final do ano, todos nós temos uma batalha muito grande pela frente no próximo ano. E tenho certeza que cumprimos o nosso dever.

Tenho que fazer uma homenagem aqui aos funcionários da Assembleia Legislativa, a todos aqueles técnicos de carreira da Assembleia Legislativa que trabalharam nesse projeto, que trabalharam na elaboração meses a fio para que pudéssemos chegar onde chegamos. Quero agradecer a compreensão e a confiança que os nobres Deputados têm no nosso trabalho, dizer que muito modestamente disse hoje, simplesmente a equipe técnica praticamente fez tudo e nós simplesmente demos uma formatação dentro daqueles requisitos exigidos pela lei, para que pudéssemos aprovar esse projeto nesta tarde.

Mas, Deputado Nelson Justus, por fim e por último dizer que o trabalho feito por V. Exa., pela Mesa Executiva e pelos Srs. Deputados nessa 16ª Legislatura ficará marcado para todos nós. Claro que existem excessos, que existem equívocos, estamos trabalhando incansavelmente para corrigir todo e qualquer equívoco para modernizar a Assembleia Legislativa, não da noite para o dia, mas em meses, semanas, anos de trabalho e acho que estamos conseguindo. V. Exa. pela sua tenacidade, seriedade, dedicação, forma transparente que tem gerido os trabalhos da Assembleia Legislativa sempre discutindo não só com a Mesa Executiva, mas com todos os membros desta Casa, vai deixar um legado fantástico para a história política do Paraná.

Que Deus abençoe a V. Exa., os Srs. Deputados e que, sinceramente, até o ano que vem V. Exa. me poupe um pouco.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Queria cumprimentar o nosso Líder pelos grandes acontecimentos aqui nesta Casa. Aliás, acho que é pelos cabelos brancos, pela inteligência e porque também é um grande articulador. O Deputado Durval, pela sua experiência ao longo dos anos nesta Casa, consegue articular as coisas importantes para esse Poder.

Mas queria lhe fazer um pedido, Sr. Presidente: V. Exa. tem sido muito justo com as coisas boas da Assembleia, tem feito tudo aquilo que já disse o Deputado Durval Amaral, fez todas as coisas que precisam ser feitas. Às vezes vejo V. Exa. ser agredido de forma covarde por algumas pessoas e sinto como é difícil manter a transparências nesta Casa e mostra coisas que mostrou aqui. Queria fazer aqui um pedido especial, estamos convivendo aqui com um último momento que falta nesta Casa, V. Exa. está no meio do campo de futebol com a camisa 10 do Atlético Paranaense, com o vigor físico mais perfeito da sua vida, a bola veio, está para matar no

peito e fazer o gol, como fez aquele último jogador naquele gol maravilhoso do meio de campo e que foi um sucesso no Brasil inteiro,

Só falta programarmos para o ano que vem o mesmo direito que o Ministério Público já teve, que é o pagamento da nossa URV, que é um direito de todo o trabalhador deste Estado, que o Tribunal de Contas já pagou, que parte do Poder Judiciário já recebeu e que o Ministério Público recebeu quase 15 milhões. E quando ando por esses corredores vejo muitas pessoas falando: tem muita coisa boa acontecendo aqui, só precisamos ter o mesmo direito que teve o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e que tem muitos funcionários desta Casa que já melhoraram graças a alguns aumentos e algumas coisas que aconteceram. Mas essa URV vai mudar a vida de muita gente, porque tem gente devendo no Banco, endividada e que essa URV vai salvar a vida dessas pessoas. Questão médica, questão pessoal, uma casa, pessoas que sonharam e que não conseguiram.

Então, queria fazer esse apelo a V. Exa. para que pudéssemos programar, Sr. Presidente, sei que temos alguns programas técnicos da questão de alguns cargos. Acho que V. Exa. vai achar um jeito de parcelar, como fez o Tribunal de Contas. O Ministério Público parcelou e os funcionários já receberam quase 15 milhões. O Ministério Público parcelou e os funcionários já receberam quase 15 milhões. Teve um funcionário - eu até guardei com cuidado - que recebeu R\$ 114 mil. O que mais me chamou atenção: os funcionários foram na justiça, mas o Ministério Público fez um acordo e pagou administrativamente e não pagou o precatório.

Por isso peço a V. Exa. que tem o nome Justus no sobrenome, que possa fazer essa justiça ao nosso povo da Assembleia pagando também a URV. Só falta isso, Sr. Presidente, sei que é difícil, temos problemas técnicos, mas V. Exa. vem removendo todos nós aqui da Casa e, haverá de encontrar uma forma de terminar o seu mandato o ano que vem, ajudando esse povo nosso da Assembleia, que nos ajuda todos os dias, que nos aguenta, que nos suporta e que leva adiante o nosso Poder Legislativo. Por isso faço esse apelo e tenho certeza que V. Exa. vai achar uma solução para esse caso, como achou todas essas soluções que acabamos de ouvir do nosso Líder Durval Amaral.

V. Exa. que aguenta todos nós aqui, que é difícil, Sr. Presidente - jamais quero ser Presidente desta Casa, porque aguentar todos os dias aqui, 53 Deputados, cada um com um gênio, cada um com um jeito, cada um com uma reivindicação - é difícil aguentar tudo que acontece aqui.

Sr. Presidente, um apelo, um presente de Natal: a sua resposta ao povo da Assembleia, que possamos, no ano que vem ou no ano seguinte, fazer uma programação ao longo do tempo para que o senhor termine o seu mandato com esse golaço de placa: "Bola com o Nelson Justus, bate no peito, está no meio do gol, está no meio do

campo, camisa 10 do Atlético, os funcionários aplaudem e é gol da Assembleia, é gol do Nelson Justus e do Atlético Paranaense!”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Quero, Sr. Presidente, parabenizar a Mesa Executiva pela discussão já tomada há muitos meses de poder promover uma reforma no Plano de Cargos e Salários desta Casa. Aliás, desde a medida saneadora de atender o preceito constitucional de divulgar, através do Diário da Assembleia, todos os servidores desta Casa, indiscutivelmente, a medida que falava era justamente fazer com que pudéssemos ter Plano de Cargos e Salários que pudesse representar de forma pública, aquilo que esperamos, a sociedade paranaense espera do Poder Legislativo.

Claro, trabalho conduzido pelos técnicos desta Casa, com a orientação do Deputado Durval Amaral, como advogado, mas mais do que tudo como uma pessoa que tem um profundo conhecimento do Poder Legislativo, fez com que pudéssemos chegar a um momento de votação desse projeto, no momento em que a Assembleia Legislativa também vota o projeto do Tribunal de Contas do Estado que reformula o Plano de Cargos e Salários, e ao mesmo tempo, de uma adequação importante que faz o Ministério Público, transformando cargos de Promotores Substitutos em Promotores de Varas Especializadas da Comarca de Curitiba e, também, de cargos de Promotores para cargos em comissão, justamente, para poder assessorar melhor o próprio Ministério Público.

Essas adequações fizemos o ano todo, para o Poder Executivo. Nós aqui aprovamos leis importantíssimas, esses três anos foram anos de grande atividade legislativa e, indiscutivelmente, penso eu que é uma mudança de paradigma esse ano de 2009, do ponto de vista do que iniciamos na Assembleia e como vamos terminar.

Por quê? Porque esse projeto era o projeto era o projeto que faltava. A próxima relação que será divulgada, já vai atender essa nova lei, indiscutivelmente, vamos ter um prazo, a lei estabelece 45 dias para entrar em vigor.

Essa lei, além de extinguir cargos - e aí é claro, há até uma preocupação, já expliquei aos Srs. Deputados que esses cargos não estão providos, são cargos que a Assembleia não tem recursos financeiros para provê-los e essa estrutura nova, dá transparência do ponto de vista da opinião pública, exatamente aquilo que tem de cargos em comissão e da estrutura efetiva em cada uma das unidades administrativas, seja Presidência, Secretaria, enfim, as Lideranças e os Gabinetes Parlamentares.

Vamos ser, na minha avaliação, muito mais transparentes depois dessa lei ou questionamentos que sempre há por parte da Assembleia, não tenho dúvidas, vão diminuindo na medida que estamos avançando. Portal da Transparência, portal de contas, publicação, CNPJ, onde

se gasta o dinheiro, se alguém comete uma irregularidade, essa irregularidade é punida. Não tenho dúvidas, porque vamos entrar 2010 com o pé direito.

Foi um traslado longo para que pudéssemos chegar agora com esse projeto. Sei que não é fácil aos profissionais de RH conseguir formatar um Plano de Cargos e Salários, principalmente reconhecendo as peculiaridades de um Poder como o Legislativo.

Por isso quero, pessoalmente, lhe parabenizar por esse trabalho e à toda Mesa Diretora, reconhecer que estamos avançando muito e que não fiquem preocupados, nós Deputados aqui. Obviamente a extinção dos cargos, significa a impossibilidade de criar e de se aumentar qualquer Cargo em Comissão na Assembleia Legislativa. Corta-se de forma bem objetiva isso. Depois essa Casa tem que discutir um projeto de criar cargos.

Mas indiscutivelmente o que estamos fazendo aqui é extinguir cargos, readequar a estrutura dando absoluta transparência. E vão, aqueles críticos, na próxima publicação da Assembleia, ver exatamente toda essa suposição.

Presidente, não tenho dúvidas, vamos ter que ter no portal da internet também, qual a pessoa, qual é o cargo, igual faz o Poder Executivo. Essa famosa caixa preta, que aos poucos vai ser desvendada, vai acabar por deixar muita gente sem ter o que falar sobre o que acontece na Assembleia. É um passo importante e é um grande reclamo da sociedade.

Também tenho que reconhecer aqui, que na mídia, os meios de comunicação que são grandes cobradores do ponto de vista do que acontece na Assembleia Legislativa e no Poder Legislativo. Penso também que de certa forma podem se sentir satisfeitos também, do ponto de vista desses avanços.

As pessoas às vezes ficam me perguntando: porque a Assembleia está fazendo isso? Porque quem está aqui veio pelo voto do povo. Veio para fazer mudanças, e nós vivemos em época de mudanças, de paradigma.

Parabenizo V. Exa., a Mesa Diretora e a todos os Srs. e Sras. Parlamentares, por estarmos aqui possibilitando nesse momento, com absoluta transparência, votando no painel, com a TV SINAL, cada ato que procedemos aqui no Parlamento. Quiçá todos os Poderes tivessem a transparência que tem a Assembleia Legislativa do Paraná.

Era isso. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão, em votação o Item 19: 1ª discussão do Projeto de Lei nº 720/09.

Em votação. **Aprovado.**

Antes de passar ao próximo item, como Presidente desta Casa, não posso deixar de agradecer aos Deputados que encaminharam este projeto, das mais diversas maneiras possíveis. Deputado Jocelito Canto, com a sua peculiaridade, Deus queira que consigamos atender o seu pedido, todos juntos.

Deputado Romanelli, que juntamente com o Deputado Antonio Anibelli e a Mesa Executiva foram decisivos nos últimos momentos, quando nós, juntos com o Deputado Alexandre Curi, resolvemos tomar a decisão com a direção da Casa, de colocarmos em votação esse projeto ainda esse ano.

A nossa intenção era de votarmos esse projeto no início do ano que vem. Mas as ponderações foram firmes, fortes, para que quando nós pudéssemos no mês de março, apresentarmos a relação dos nossos funcionários, já tivéssemos aí as questões todas de simbologismos, previstas nessa relação. Aumentaríamos a transparência e teríamos que apurar e acabar com essa história do porque estamos votando na última semana. Essa era a nossa intenção, deixar para o ano que vem, com mais calma, com mais cuidado, para que errássemos o menos possível. Só tomamos essa decisão em conjunto. Na hora em que e aqui a modéstia do Deputado Durval Amaral e o impediu de dizer com todas as letras, de que, sem o seu apoio, sem o seu aval incontinente, nós não teríamos chegado onde chegamos.

É evidente que o Deputado agradeceu e cumpriu toda equipe da Casa e realmente ninguém faz nada sozinho. Deputado Durval cercou-se da direção geral da Casa, dos funcionários da Casa e da equipe do Portal da Transparência. Não fosse o seu denodo, a sua preocupação em perseguir algo que iniciamos há mais de seis meses, de maneira criteriosa, silenciosa esse projeto, para que não se criasse expectativas, para que não se machucasse ninguém, para que não se ferisse a suscetibilidades de quem quer que fosse.

Mas graças e aqui Deputado Durval Amaral, V. Exa. sequer pertence a Mesa Executiva - V. Exa. é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e mais do que isso, é um amigo pessoal do Presidente. Não teve condições de negar esse apelo que nós fizemos de maneira veemente: "Durval, na presença de vários Deputados, é possível votarmos isso ainda esse ano?" "É difícil, mas vamos tentar."

Graças a Deus, Deputado Durval Amaral, nós estamos votando isso, hoje.

Por isso vou render eternamente - esta Casa em nome de todos os 53 Deputados - as nossas homenagens a V. Exa. que não soube dizer não a um amigo, a um Presidente e a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Por isso, em nome de todos nós, ficamos eternamente gratos e aprovamos hoje em 1ª discussão.

Passamos ao Item 20.

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 724/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 136/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Arapoti (Comarca de Jaguariaíva) o imóvel que especifica. (Para funcionamento de prédio público municipal). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada.** (Publ. no DA. nº 155/09, de 14/12/09, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 724/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 136/09, visa autorizar o Poder Executivo Estadual a efetuar a doação, ao Município de Arapoti, do imóvel constituído pela área de terras denominada de Lote "A-2", da Quadra nº 34, com área de 520,00 m², conforme Transcrição nº 1.308, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Jaguariaíva, para funcionamento de prédio público municipal.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifo nosso).

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93 que estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá da autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11481/07).

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007) (grifo nosso).

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da Administração Pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a cessão de uso, pois esta última forma é, certamente, menos gravosa ao patrimônio público do que a doação, que possui expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público, neste caso no que se refere à Saúde Pública.

A licitação é dispensável, portanto, por se tratar de doação de imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público.

Quanto à técnica legislativa utilizada, observa-se que o presente projeto de lei está em plena conformidade com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 725/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 137/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Wenceslau Braz o imóvel que especifica (Para implantação da Biblioteca Cidadã). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 155/09, de 14/12/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 725/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 137/09, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Wenceslau Braz, para implantação da Biblioteca Cidadã.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social. (grifo nosso).

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93 que estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinadas à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá da autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11481/07).

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007) (grifo nosso).

José dos Santos Carvalho Filho leciona que “A administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público, neste caso no que se refere à Segurança Pública.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 6165, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 6164, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 6162, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar)

Presidente, quero encaminhar favoravelmente e parabenizar o Deputado Neivo Beraldin. Demonstra que é uma pessoa que ouve. Fez o encaminhamento correto. Eu encaminho favoravelmente e vamos obter as informações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão.

Em votação.

Aprovado.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 260/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 13893/09, datado de 10/11/09,

R E S O L V E :

mandar incorporar, em favor de ANGELINA KIERDEL, matrícula 40920, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa ocupante do cargo de Técnica Administrativa, nível NTB-02, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, o tempo de 07 anos, 05 meses e 08 dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, em anexo, em que trabalhou nas seguintes empresas Turis Club do Brasil de 01/02/78 a 06/04/79 (01 ano, 02 meses e 06 dias); Comparando Empresa Paranaense de Serv. Domic. S/C Ltda., de 01/07/79 a 30/04/80 (10 meses); Reffo Jóias e Cristais Ltda., de 01/08/80 a 19/12/80 (04 meses e 19 dias); Marcus Joalheiro Ltda., 01/04/81 a 03/12/81 (08 meses e 03 dias); Sul Brasileiro S/A Administradora do Cartão de Crédito, de 21/06/82 a 03/06/85 (02 anos, 11 meses e 13 dias); Banco Citicard S/A, de 04/06/85 a 01/08/86 (01 ano, 01 mês e 28 dias); Araucária Administradora de Consórcios Ltda., de 21/09/87 a 19/12/87 (02 meses e 29 dias), de acordo com o artigo 201 e parágrafo 9º, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, 09/12/09.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 261/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, as férias relativas ao exercício de 2009, aos funcionários estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, conforme especifica:

Dezembro/2009:

40052 ROBERTO DA SILVEIRA MORAES

40060 MARLON LUIZ CARDOSO

40068 ANTONIO ANNIBELLI NETO

40222 JOÃO BATISTA FIGUEIREDO

40230 MAEVE CANABRAVA BARBALHO

40393 ROSELI GOBBO ARAUJO

40423 JAIRO GUAREZI

40516 BENIGNO ADIRSO LEPKA

40705 ONI RIBAS BUENO

40749 LIDIA GRANISKA

40768 ROGERIO MILLEO
 40776 SILVANA BRUEL
 40812 OLIR JOSE PIVATO
 40866 SELENA MARIA SOUZA GARCIA
 40885 DECIO ANTONIO DOS REIS
 41090 CARLOS EDUARDO P. JORGE CORDEIRO
 Gabinete da Diretoria Geral, 01/12/09.
 (a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 262/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 15305, datado de 09/12/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, GUILHERME DE CAMARGO VASCONCELLOS, matrícula nº 4686, para permanecer prestando serviços junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, órgãos vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, até 31/12/10, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 14/12/09.
 (a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 263/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 15444, datado de 12/11/09, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar à disposição da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, a funcionária deste Poder Legislativo, LINDAMIR COLONTONIO, matrícula nº 40984, até 31/12/10, sem ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 14/12/09.
 (a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
 ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados; Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Duílio

Genari, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Neivo Beraldin, Professor Lemos e Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária e a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADO. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Deputado Ademar Traiano apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 429/08. O Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 429/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ademar Traiano ao pedido de reconsideração tempestivo - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Nereu Moura e Duílio Genari; 02) Projeto de Lei nº 208/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 320/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti - Altera dispositivos da Lei nº 11580/96. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 672/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 742/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - REJEITADO. Os Srs. Deputados Tadeu Veneri, Nereu Moura, Jocelito Canto, Reni Pereira, Duílio Genari, Francisco Bühner e Luiz Claudio Romanelli votaram contrariamente ao parecer do relator. Os Srs. Deputados Ademar Traiano, Douglas Fabrício e Tadeu Veneri votaram favoravelmente. O Sr. Presidente coloca em votação o voto em separado contrário de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Douglas Fabrício, Ademar Traiano e Tadeu Veneri; 06) Projeto de Lei nº 118/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior - Revoga a Lei nº 13228/07. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - REJEITADO. Os Srs. Deputados Reni Pereira, Luiz Claudio Romanelli, Jocelito Canto, Francisco Bühner, Tadeu Veneri, Nereu Moura e Duílio Genari votaram contrariamente ao parecer; 07) Projeto de Lei nº 251/08, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel e Alexandre Curi. O Sr. Deputado Reni Pereira, relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Fazenda e à Secretaria de Estado do Planejamento - DEFERIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 281/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 351/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 513/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello - Altera dispositivos da Lei nº 4978/69. O Sr. Deputado Reni Pereira SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 11)

Projeto de Lei nº 320/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira. REJEITADO. Os Srs. Deputados Tadeu Veneri, Francisco Bühler, Nereu Moura e Luiz Claudio Romanelli votaram contrariamente ao parecer. Os Srs. Deputados Duílio Genari, Reni Pereira e Jocelito Canto votaram favoravelmente. O Sr. Presidente coloca em votação o voto em separado contrário de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Jocelito Canto e Duílio Genari; 12) Projeto de Lei nº 080/09, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Altera dispositivos da Lei nº 16016/08. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO. O Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 183/09 e 513/09. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 677/09. O Sr. Presidente coloca em votação os requerimentos - APROVADOS; 13) Projeto de Lei nº 183/09, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 513/09, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura e Duílio Genari. O Sr. Deputado Francisco Bühler apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 071/09, 457/08, 630/09, 332/09, 314/09, 067/09 e 339/08. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 490/08, 295/09 e 650/09. O Sr. Deputado Jocelito Canto apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 421/09, 658/09 e 685/09. O Sr. Presidente coloca em votação os requerimentos - APROVADOS; 15) Projeto de Lei nº 071/09, de autoria da Deputada Beti Pavin - Altera dispositivos da Lei nº 13115/01. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler, na forma da emenda anexa - APROVADO; 16) Projetos de Lei nº 067/09, de autoria do Deputado Pérciles de Mello. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 457/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühler - transformando em indicação legislativa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 630/09, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 332/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Altera dispositivos da Lei nº 11911/97. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühler, transformando em indicação legislativa - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 314/09, de autoria dos Deputados Reni Pereira e Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler, na forma da emenda anexa - APROVADO, com abstenção de votação do Deputado Luiz Claudio Romanelli e voto con-

trário do Deputado Jocelito Canto; 21) Projeto de Lei nº 339/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes - Altera dispositivos da Lei nº 6994/78. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler, na forma da emenda anexa - REJEITADO. Os Srs. Deputados Ademar Traiano, Jocelito Canto, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri e Duílio Genari votaram contrariamente ao parecer. O Sr. Deputado coloca em votação o voto em separado contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO, com voto contrário do Deputado Francisco Bühler; 22) Projeto de Lei nº 490/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 295/09, de autoria do Deputado Pedro Ivo. O Sr. Deputado Nereu Moura, relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, ao Instituto Ambiental do Paraná e à Secretaria de Estado da Agricultura - DEFERIDO pelo Presidente; 24) Projetos de Lei Complementar nº 650/09, de autoria do Deputado Professor Lemos - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 103/04. O Sr. Deputado Professor Lemos apresenta requerimento da retirada de pauta do presente projeto e lei por cinco Sessões. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 656/09, de autoria do Deputado Nelson Justus - Altera dispositivos da Lei nº 16135/09. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 26) Proposição Veto nº 076/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 100/09, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano ao encaminhamento ao Plenário, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 421/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto ao pedido de reconsideração tempestivo - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 658/09, de autoria do Deputado Pedro Ivo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Jocelito Canto - APROVADO. O Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de lei nºs 333/09 e 522/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 685/09, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Jocelito Canto - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 333/09, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma da emenda anexa - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura e Tadeu Veneri; 31) Projetos de Lei nº 522/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 677/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APRO-

VADO; 33) Projeto de Lei nº 664/09, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 681/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 682/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 683/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 684/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL da Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados; Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Professor Lemos e Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 281/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - REJEITADO. Os Srs. Deputados Douglas Fabrício, Tadeu Veneri, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano, Nereu Moura, Reni Pereira, Caíto Quintana e Luiz Claudio Romanelli votaram contrariamente. O Sr. Deputado Duílio Genari votou favoravelmente ao parecer do relator; 02) Projeto de Lei nº 449/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 533/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 513/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello. Altera dispositivos da Lei nº 4978/69. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Reni Pereira, Ademar Traiano e Luiz Carlos Martins. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 589/09. O

Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 688/09 e 632/09. O Sr. Presidente coloca em votação os requerimentos - APROVADOS; 05) Projeto de Lei nº 689/09, de autoria do Tribunal de Justiça. O Sr. Deputado Jocelito Canto SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 688/09, de autoria do Tribunal de Justiça. O Sr. Deputado Jocelito Canto SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 632/09, de autoria do Poder Executivo - Altera dispositivos da Lei nº 14260/03. O Sr. Deputado Jocelito Canto SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Ademar Traiano apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Resolução nº 006/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Caíto Quintana e Artagão Júnior. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Caíto Quintana; 08) Projeto de Decreto Legislativo nº 006/09, de autoria dos Deputados Reni Pereira e Durval Amaral. A discussão sobre o presente projeto de resolução foi interrompida pelo término da reunião devido ao início da Sessão Plenária. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Luiz Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Elio Rusch, Reni Pereira, Antonio Balinati, Luiz Nishimori e Professor Lemos. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que solicita ao Sr. Secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Reni Pereira solicita a dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Emenda Substitutiva Geral, de autoria do Tribunal de Justiça ao Projeto de Lei nº 247/09, reajusta, conforme específica, os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, e dos

cargos de provimento em comissão, a partir de 1º de janeiro e adota outras providências. Relator Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 178/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, trata da implantação de tarifa justa para o fornecimento de água no Estado do Paraná. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer CONTRÁRIO. Vistas solicitada pelo Deputado Elio Rusch. Deferido. O Deputado Elio Rusch apresenta Voto em Separado favorável ao Projeto de Lei, com o apoio do Deputado Professor Lemos. Após as discussões e encaminhamentos, foi o mesmo colocado em votação. Ao final constatou-se a APROVAÇÃO do parecer CONTRÁRIO do Relator Deputado Dobrandino da Silva. 03) Projeto de Lei Complementar nº 166/09, de autoria do Deputado Francisco Buhrer, que dá nova redação ao art. 2º da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1.991. (Unidades de Conservação Ambiental). Relator Deputado Luiz Nishimori. Vistas solicitada pelo Deputado Elio Rusch. Deferido. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON LUIZ STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Luiz Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Elio Rusch, Reni Pereira, Luiz Nishimori. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que solicita ao Sr. Secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Reni Pereira solicita a dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 154/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/09, dispõe sobre aprovação de abertura de crédito especial, ao vigente orçamento do Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE, no valor de R\$ 1.660.000,00 (um milhão, seiscentos e sessenta mil reais). Relator Deputado Elio Rusch. Parecer no sentido de transformar em diligência junto a Secretaria de Estado da Saúde, para que seja informado, detalhadamente as questões constantes do parecer. Tal parecer foi devidamente APROVADO por unanimidade. 02) Projeto de Lei nº 166/09, de autoria do Deputado Francisco Buherer, que dá nova redação ao art. 2º da Lei Complementar

nº 59, de 1º de outubro de 1.991. (Unidades de Conservação Ambiental). Relator Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 155/09 - Mensagem nº 015/09, de autoria do Poder Executivo, fica o Poder Executivo autorizado a realizar repasse de recursos públicos mediante convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere, a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Relator Deputado Dobrandino da Silva. O Deputado Reni Pereira solicita vistas do Projeto, ao mesmo tempo em que requer diligência junto ao Chefe da Casa Civil para responder a alguns questionamentos. Sendo aprovado o pedido de vistas, bem como o pedido de diligência. 04) Projeto de Lei Complementar nº 219/09 - Mensagem nº 12/09, objetiva atender a determinação constitucional, mais especialmente do artigo 36, parágrafo 4º, da Carta Estadual. (Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório). Relator Deputado Professor LEMOS. Comunica aos membros da Comissão, que após inúmeras reuniões realizadas entre as entidades que representam a categoria dos servidores e o Governo do Estado, ficou acordo que o Governo do Estado pedirá nos próximos dias a restituição do Projeto acima citado. O Presidente informa que também tem conhecimento desta informação. Diante destas colocações, o referido Projeto é retirado de pauta. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON LUIZ STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 13h30, sob a presidência do Sr. Deputado Edson Luiz Strapasson, mais a presença dos seguintes Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Elio Rusch, Antonio Belinati e Francisco Bühler. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que solicita ao Sr. Secretário da Comissão que proceda a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Dobrandino da Silva solicita a dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 154/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/09, dispõe sobre aprovação de abertura de crédito especial, ao vigente orçamento do Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE, no valor de R\$ 1.660.000,00

(um milhão, seiscentos e sessenta mil reais). Relator Deputado Elio Rusch, informando que as respostas que vieram da Secretaria do Planejamento, não atenderam aos nossos questionamentos, foram respostas evasivas. Para tanto, solicitamos, novas diligências junto a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que seja informado, com a máxima urgência, de forma clara, objetiva e detalhada as questões constantes do parecer. Tal parecer foi devidamente APROVADO por unanimidade. 02) Projeto de Lei Complementar nº 423/09, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 354/09, dispõe sobre o uso de meio eletrônico para a tramitação de processos, comunicação de atos e transmissão de peças, no âmbito de suas atribuições, e dá outras providências. Relator Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 512/09, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Leite das Crianças. Relator Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL. Durante a discussão do parecer o Sr. Presidente, bem como os deputados Elio Rusch e Francisco Bühner, alertaram que no Governo do Paraná já existe o Programa Leite das Crianças. Contudo, o Relator asseverou que a proposta será regulamentada pelo Governo Estadual. Entendendo ainda, que devemos aprovar a proposta nesta Comissão e deixar a decisão finalística para o Douto Plenário desta Casa de Leis. Colocada a matéria em votação foi a mesma APROVADA. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata, que após lida

e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON LUIZ STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

Publicações Administrativas:

Balancetes Financeiros

Outubro

OFÍCIO Nº 11/2009

Curitiba, 14/12/09.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de OUTUBRO/2009, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Outubro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/10/2009
MÊS: Outubro	Exercício: 2009	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	22.800.000,00	237.600.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	22.800.000,00	237.600.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	900.000,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	100.000,00	900.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	22.900.000,00	238.500.000,00
II - EXTRAORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	221.390,49	2.297.771,88
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	221.390,49	2.297.771,88
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRAORÇAMENTÁRIO	221.390,49	2.297.771,88
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	30.311.348,66	11.644.500,69
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	30.311.348,66	11.644.500,69
TOTAL	53.432.739,15	252.442.272,57

—

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Outubro	MÊS: Outubro Exercício: 2009	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/10/2009
---	---------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	22.772.089,99	218.818.960,74
Pessoal e Encargos Sociais	19.139.857,72	186.696.185,25
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.632.232,27	32.122.775,49

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
DESPESAS DE CAPITAL	22.496,00	761.654,72
Investimentos	22.496,00	761.654,72
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	22.794.585,99	219.580.615,46
II - EXTRAORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	1.649.907,67
Pagamentos	0,00	1.649.907,67
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	573.596,28
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	0,00	573.596,28
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRAORÇAMENTÁRIO	0,00	2.223.503,95
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	30.638.153,16	30.638.153,16
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	30.638.153,16	30.638.153,16
TOTAL	53.432.739,15	252.442.272,57

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA - Coordenadora de Contabilidade

Novembro

OFÍCIO Nº 12/2009

Curitiba, 14/12/09.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder

referente ao mês de NOVEMBRO/2009, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA
Coordenadora de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Novembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:30/11/2009
MÊS: Novembro	Exercício: 2009	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	23.948.000,00	261.548.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	23.948.000,00	261.548.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	900.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	900.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	23.948.000,00	262.448.000,00
II - EXTRAORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	214.032,68	2.511.804,56
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	214.032,68	2.511.804,56
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRAORÇAMENTÁRIO	214.032,68	2.511.804,56
SALDO DO MÊS ANTERIOR		

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Caixa	0,00	0,00
Bancos	30.638.153,16	11.644.500,69
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	30.638.153,16	11.644.500,69
TOTAL	54.800.185,84	276.604.305,25

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Novembro Exercício: 2009	MÊS: Novembro REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 3111/2009
---	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	27.131.883,77	245.950.844,51
Pessoal e Encargos Sociais	23.719.608,44	210.415.793,69
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.412.275,33	35.535.050,82
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	761.654,72
Investimentos	0,00	761.654,72
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	27.131.883,77	246.712.499,23
II - EXTRAORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	1.649.907,67
Pagamentos	0,00	1.649.907,67
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	573.596,28
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	0,00	573.596,28
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
TOTAL DO EXTRAORÇAMENTÁRIO	0,00	2.223.503,95
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	27.668.302,07	27.668.302,07
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	27.668.302,07	27.668.302,07
TOTAL	54.800.185,84	276.604.305,25

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA - Coordenadora de Contabilidade

